

INVENTÁRIO PROVISÓRIO DO ARQUIVO DA CÚRIA PATRIARCAL DE LISBOA

O que resta hoje do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa é bem pouco para uma diocese com oito séculos de história. As vicissitudes do tempo foram dispersando os documentos e fizeram desaparecer outros.

Um sacerdote já falecido informou-nos que quando o Senhor Patriarca D. António Mendes Belo foi expulso da residência de S. Vicente de Fora não lhe foi permitido levar o Arquivo. E não se sabe exactamente o destino que teve. No entanto, é certo que uma grande parte dele foi parar à Torre do Tombo, como se vê dos respectivos índices ⁽¹⁾.

(1) Dos índices da Torre do Tombo extraímos as seguintes notas, que dão uma ideia das espécies transferidas do Arquivo da Cúria Patriarcal para aquele Arquivo público:

CÂMARA ECLESIASTICA DE LISBOA

Livro n.º 289 (dispensas matrimoniais, séculos XVIII-XIX; Cadernetas B-330 A/1 — 330 A/150 (150 cadernetas em que estão inventariados documentos referentes na maior parte a dispensas matrimoniais).

MITRA PATRIARCAL

Livro n.º 283:

Vol. n.º 1 (1849-1856: Decretos, provisões e outros documentos expedidos pelo Patriarcado)

Vol. n.º 2 (1841-1852: Emolumentos da Mitra)

Vol. n.º 3 (1883: Receita e despesa da Mitra)

Vol. n.º 4 (1842-1847: Receita e despesa da Quinta da Mitra em Santo Antão do Tojal)

Vol. n.º 5 (Século XVIII: Livro Pateiro e de tombo dos foros da Mitra Patriarcal)

Vol. n.º 6 e 7 (Século XVIII: Prazos pertencentes à Mitra)

Existe, porém, ainda um núcleo de documentação que foi possível reunir de novo e inventariar. Apesar de pequeno, tem apreciável valor e grande interesse histórico.

Como voltaram estes documentos à Cúria Patriarcal? Não é possível dizê-lo porque ninguém o sabe. Supomos que serão restos do Arquivo esquecidos no Paço de S. Vicente de Fora e entregues ao Patriarca de Lisboa.

Presentemente o Arquivo possui outras espécies recentemente recolhidas de cartórios paroquiais onde estavam em risco de se perder ou deteriorar.

Mas um arquivo, por mais rico que seja, torna-se inútil se não for acessível aos investigadores e se não estiverem classificadas as espécies.

Esta razão leva-nos, no intuito de ser útil aos estudiosos, a publicar um inventário provisório de toda esta documentação valiosa que se conseguiu guardar.

O arquivo foi dividido em vários núcleos.

Alguns documentos de maior valor e raridade estão guardados num cofre; arquivaram-se em caixas, com numeração seguida, os documentos avulsos; os volumes manuscritos consti-

-
- Vol. n.º 8 (1826-1831: Frutos, hortaliza, criação, etc., remetidos semanalmente da Quinta da Mitra no Tojal para o Paço da mesma Mitra na Junqueira)
- Vol. n.º 9 (1807-1823: Livro de descarga do pagamento das pensões)
- Vol. n.º 10 (Século XVIII: Livro com a relação dos conventos e pessoas que recebiam esmolas)
- Vol. n.º 11 (1717-1753: Livro de assentos do pagamento das esmolas em trigo)
- Vol. n.º 12 (1717-1754: Livro de assentos do pagamento das esmolas em dinheiro)
- Vol. n.º 13-15 (Prazos da Mitra, séculos XV-XVIII)
- Vol. n.º 16 (Autos civeis, séculos XVI-XVIII)
- Vol. n.º 17 (Foros e laudémios, século XVIII)
- Vol. n.º 18 (Documentos vários encadernados com índice — Doações, privilégios).
- Vol. n.º 19 (Sentenças, etc., séculos XV-XVII)
- Vol. n.º 64 (Maço de recibos de rendas-século XIX)
- Vol. n.º 21-65 (45 maços de documentos referentes à administração da Mitra — Século XIX)

Como se vê por estes índices que copiámos sem examinar as espécies (trabalho que levaria talvez anos, pois são milhares de documentos), predominam documentos dos séculos XVIII e XIX. São poucos os que se referem aos séculos XV-XVII e não há nada para os séculos XIII-XIV. Onde terão ido parar os documentos medievais do Arquivo da Cúria Patriarcal, pois os que ainda lá se encontram são em pequeníssima quantidade?

tuem núcleo próprio com cotas em numeração também seguida; finalmente os impressos (em geral de bastante interesse históricos) reuniram-se sob a designação de *Livraria*.

Em esquema, o arquivo apresenta-se do seguinte modo:

1. — Reservados. Documentos guardados no cofre.
2. — Volumes manuscritos (MS, 1, 2...).
3. — Caixas (Cx. 1, n.º 1, 2...).
4. — Livraria (N.º 1, 2...) ⁽²⁾.

O inventário que se segue é provisório, não só porque era necessário estabelecer verbetes mais completos, o que por ora não é possível fazer-se, mas também porque ainda aparecem algumas espécies que vão sendo incorporadas nos respectivos núcleos.

RESERVADOS

São de grande valor documental e artístico as espécies colocadas neste núcleo, estando a ser preparada a publicação de todos estes documentos na parte ainda inédita.

1 — LIVRO DOS ESTILOS DA CÚRIA DE LISBOA

Códice de pergaminho e papel, encadernado em veludo vermelho com cantos e fechos de prata; no centro da capa tem o brasão do Cardeal Infante D. Afonso em chapa de prata.

Contém o *Regimento do Auditório Eclesiástico de Lisboa*, datado de 1535, e vários outros documentos posteriores, nomeadamente assentos da relação eclesiástica.

O Regimento do Auditório está preparado para publicação, estando publicados já alguns outros documentos ⁽³⁾.

2 — COMPROMISSO DOS PESCADORES de Alfama, datado de 1606. Códice com lindas iluminuras; capa de veludo vermelho com guarnições e fechos de prata, tendo na frente e no

(2) Publicaremos mais tarde o inventário da *Livraria*, que ainda está em organização. Vão ser incorporadas nela colecções de pastorais dos bispos de Lisboa e de outras dioceses, em parte ignoradas dos historiadores.

(3) Cfr. Isaías da Rosa Pereira — *O Livro dos Estilos da Cúria de Lisboa*, in «Lumen», t. 34 (1964) p. 825-833.

reverso da capa, em relevo, uma pomba de prata (símbolo do Espírito Santo, que era a invocação da Irmandade) ⁽⁴⁾.

3 — TÍTULOS DA CAPELA DE MARIA ESTEVES

São dois volumes onde foram cosidas algumas dezenas de documentos, quase todos de pergaminho, referentes àquela capela instituída por Maria Esteves na igreja de Santo André de Lisboa. Contém documentos dos séculos XIII-XVI.

Todo este acervo de documentação será oportunamente publicado, mas já alguns deles estão editados ⁽⁵⁾.

4 — LIVRO DAS VISITAÇÕES DE SANTIAGO DE ÓBIDOS

Códice de papel muito danificado. Contém visitasções dos séculos XV-XVI. Está em parte publicado e o restante em vias de publicação. Importante para a história da igreja lisbonense no século XV ⁽⁶⁾.

5 — LIVRO DOS MILAGRES DE S. GONÇALO DE LAGOS (séc. XV-XVI) e PROCESSO (cópia autêntica) DE APROVAÇÃO DO CULTO DO SERVO DE DEUS (1760).

6 — PROCESSO DE BEATIFICAÇÃO DO PADRE BARTOLOMEU DO QUENTAL (Século XVIII).

CAIXAS

Estão presentemente inventariadas treze caixas com documentos avulsos; são na maior parte de papel.

Têm a mais variada proveniência e abarcam os séculos XIV-XIX.

(4) Publicado por Albino Lapa — *Compromisso dos Pescadores*, Lisboa, 1953, com uma leitura paleográfica discutível. Prepara-se nova edição e estudo em outros moldes.

(5) Cfr. Isaías da Rosa Pereira — *Alguns documentos do cartório da antiga igreja de Santo André*, in «Revista Municipals» (Lisboa), t. 25 (1964) p. 7-17.

(6) Cfr. Isaías da Rosa Pereira — *Visitações de Santiago de Óbidos*, in «Lusitania Sacra», t. VIII (1970) p. 103-221; t IX (1971) p. 77-114.

Foram organizadas do seguinte modo: a caixa n.º 1 contém documentos provenientes do convento da Graça de Lisboa ⁽⁷⁾; a caixa n.º 2 contém bulas e breves; a caixa n.º 3 contém cartas régias de D. Manuel, D. João III e D. Sebastião; a caixa n.º 4 contém cinco bulas de grande formato provenientes do convento da Madre de Deus, algumas são iluminadas; a caixa n.º 5 contém nove pequenos volumes, em parte manuscritos, em parte impressos, referentes a várias ordens religiosas e confrarias; a caixa n.º 6 contém cartas régias que vão de 1752 a 1790; a caixa n.º 7 contém documentos em geral referentes aos arcebispos e patriarchas de Lisboa; a caixa n.º 8 contém 14 pergaminhos relativos a Santiago e S. Pedro de Óbidos, em muito mau estado de conservação (séc. XIV-XV), documentos que se publicam em apêndice a este inventário na intenção de salvar o texto que ainda foi possível ler; a caixa n.º 9 contém 7 documentos, 3 de pergaminho e 4 de papel, de assuntos diversos, reunidos aqui apenas porque o seu conteúdo não se harmonizava com o das outras caixas; as caixas n.º 10, 11, 12 e 13 contém processos «de genere» e de património provenientes da antiga Prelazia de Tomar; destes processos indica-se o ano da organização do processo, pois cada um contém, como se sabe, vários documentos com datas diversas (certidões, proclamas, atestados, etc.).

CAIXA 1

N.º 1. 1384, Junho, 25, Torres Vedras

Testamento de Maria Domingues. Original bem conservado, tendo apenas alguns furos no fim que fizeram desaparecer poucas palavras.

Pergaminho (67,5×20,5).

N.º 2. 1428, Maio, 13

Licença de D. João I para se fazer o tombo das propriedades do convento da Graça. Tem selo de cera pendente, partido.

Pergaminho (27,5×32,5).

(7) O inventário desta caixa foi publicado em tempos por nós, numa tentativa de divulgação do arquivo, que não teve seguimento (Cfr. *Manuscritos do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa*, in «Lumen», t. 30 (1966) p. 465-472).

N.º 3. 1429, Fevereiro, 14

Licença de D. João I para um escrivão fazer o tombo das propriedades do convento da Graça. Tem selo de cera pendente, partido.

Pergaminho (30×38).

N.º 4. 1434

Documento de D. Duarte. Tem selo de cera pendente. Danificado com prejuízo de parte do texto.

Pergaminho (26×43).

N.º 5. 1498

Privilégio de D. Manuel, isentando os frades, freiras e eclesiásticos do reino, do pagamento de sisa e portagem.

Pergaminho (77×44).

N.º 6. 1504, Dezembro, 9

Licença de D. Manuel para os Agostinhos poderem pedir esmola por todo o reino. Tem restos do selo de cera pendente.

Pergaminho (30×36).

N.º 7. 1535, Janeiro, 20

Certidão do Contador Mor em como ficaram registadas certas propriedades do convento da Graça. Tem o cordão mas falta o selo.

Pergaminho (31×21).

N.º 8. 1540, Julho, 16

Carta do Conde de Linhares, D. António Provedor Mor dos Mamposteiros, em que declara os privilégios de que por carta régia gozam as pessoas que o mosteiro da Graça encarregar de pedir esmolas para o dito nas ilhas da Madeira, Açores, Cabo Verde e São Tomé. Tem o cordão mas falta o selo.

Pergaminho (28×37).

N.º 9. 1545, Agosto, 11

Privilégio de D. João III para os Agostinhos não pagarem sisa do que venderem, nem quem lhes comprar.

Pergaminho (25,5×44,5).

N.º 10. 1559, Julho, 22

Carta testemunhável de El Rei D. Sebastião de 22 de Julho de 1559 com a carta do mesmo de 23 de Maio de 1559 nela inserta, na qual se confirma o Alvará de 22 de Setembro de 1521 confirmado por outro de 20 de Março de 1522, no qual Alvará de 22 de Setembro se faz mercê aos mosteiros de Santo Agostinho, a saber, ao Convento da Graça de Lisboa, a Évora, a Santarém, a Torres Vedras, a Penafirme, a Montemor-o-Velho, a Castelo Branco, a Vila Viçosa, de 6 arrobas de açúcar anuais a cada um dos conventos, pagas no Almojarifado do um por cento, e obras pias, e se confirma mais na dita carta de 23 de Maio o Alvará de 27 de Outubro de 1542 pelo qual se concedeu ao Colégio de Coimbra uma igual esmola, montando nos ditos conventos 54 arrobas por ano, e servindo-lhe esta carta para cada um dos conventos arrecadar os atrasados, e nos anos seguintes a sua porção.

Pergaminho (35×59).

N.º 11. 1517, Julho, 10

Cópia de uma carta de D. Manuel.

Papel, 2 fls. (30×20,5).

N.º 12. 1536

Cópia autêntica da confirmação de todos os bens que o estado eclesiástico do reino possuía em 10 de Janeiro de 1447 adquirido por ele até ao dia da morte de D. João I (14 de Agosto de 1433), feita por D. Afonso V seu neto, e dada ao convento da Graça em 10 de Fevereiro de 1536 pelo notário Marcos Fernandes.

Papel, 6 fls. (29×20).

N.º 13. 1539

Cópia autêntica de uma provisão de D. João III isentando os Agostinhos de tributos, sisas, etc.

Papel, 4 fls. (29×20).

N.º 14. 1540, Julho, 20

Cópia autêntica de um alvará de D. João III para o convento da Graça poder tirar das ilhas de Angra (*sic*) e Graciosa todo o trigo de que ali dispunha proveniente de foros e esmolas.

Papel, 8 fls. (31×21).

N.º 15. 1549, Janeiro, 28

Licença para os Agostinhos pedirem para as obras do convento. Tem selo de chapa.

Papel, 4 fls. (31×21,5).

N.º 16. 1553-1556

Alvarás reais para se fazerem as demarcações e tombo das propriedades do convento da Graça. São dez documentos autênticos cosidos num caderno.

Papel, 19 fls. (30×21).

N.º 17. 1557, Dezembro, 1

Provisão de D. Sebastião para serem medidas e demarcadas as propriedades do convento da Graça.

Papel, 4 fls. (30×20).

N.º 18. 1560, Outubro, 20

Privilégio de D. Sebastião isentando os Agostinhos de dízima ou portagem do que comprarem ou venderem (com outros papéis anexos).

Papel, 19 fls. (28×20).

N.º 19. 1561

Licença de D. Sebastião para os Agostinhos poderem tirar pão do termo (de Lisboa?). Restos do selo de chapa.

Papel, 4 fls. (28×20).

N.º 20. 1562, Fevereiro, 22

Licença de D. Sebastião para os que na Índia quisessem dar comissão para as obras da igreja nova da Graça o poderem fazer (com outros papéis anexos).

Papel, 4 fls. (30×21).

N.º 21. 1564

Alvará de D. Sebastião confirmando a licença de D. João III para os Agostinhos pedirem esmola pelo reino. Tem vestígios do selo de chapa.

Papel, 6 fls. (30×20).

N.º 22. 1570

Licença de D. Sebastião para os Agostinhos pedirem esmola. Tem selo de chapa.

Papel, 6 fls. (30×21).

N.º 23. 1572, Janeiro, 26

Cópia de uma carta régia.

Papel, 4 fls. (29,5×20).

N.º 24. 1573

Licença de D. Sebastião para os Agostinhos tirarem 40 moios de pão de renda do convento, das Vilas de Santarém, Sintra e Alenquer (com outros papéis anexos).

Papel (27×19,5).

N.º 25. 1576

Carta régia autorizando os Agostinhos a pedir esmola.

Papel, 6 fls. (28×20).

N.º 26. 1576

Licença de D. Sebastião para os Agostinhos pedirem esmola pelos seculares. Tem vestígios do selo de chapa.

Papel, 6 fls. (28×19,5).

N.º 27. 1576, Julho, 17

Provisão de D. Sebastião autorizando os Agostinhos a fazer o tombo das propriedades do convento.

Papel, 2 fls. (30×20).

N.º 28. 1579, Janeiro, 27

Cópia de um alvará de D. Sebastião, feita em 15 de Junho de 1583, relativo a precedências de religiosos.

Papel, 2 fls. (29,5×21).

N.º 29. 1598

Carta de D. Filipe II autorizando os Agostinhos a pedir esmola pelo reino. Tem selo de chapa.

Papel, 7 fls. (28×20).

N.º 30. 1598, Julho, 28

Provisão de D. Filipe II para os Agostinhos poderem trazer da herdade de Alcaleva, termo de Évora, 8 moios de pão.

Papel, 2 fls. (26×19).

N.º 31. 1605

Provisão de D. Filipe II isentando os Agostinhos da sisa do que comprarem.

Papel, 5 fls. (27×19,5).

N.º 32. 1618, Fevereiro, 26

Carta de D. Filipe II pedindo a Frei Egídio da Apresentação para refutar o livro *Mare liberum*. Tem selo de chapa, com as armas de Portugal.

Papel, 2 fls. (30×20,5).

N.º 33. 1618

Licença de D. Filipe II para os Agostinhos pedirem esmola pelo reino. Tem selo de chapa.

Papel, 7 fls. (28×20).

N.º 34. 1646, Outubro, 27

Provisão de D. João IV isentando os Agostinhos de pagar décima.

Papel, 2 fls. (30×21).

CAIXA 2**N.º 1. 1364, Março, 29**

Bula de Urbano V «Sacre vestre religionis» que autoriza a transferência do convento de Penafirme, dos Eremitas de Santo Agostinho, para Torres Vedras.

Pergaminho (33×51). Selo de chumbo.

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 2. 1502, Outubro, 17

Bula de Júlio II «Exposcit fervor» que concede às religiosas do convento de Xabregas as mesmas graças que gozavam as religiosas do convento de Jesus de Setúbal.

Pergaminho (29,5×52). Selo de Chumbo.

Proveniência: Convento da Madre de Deus.

N.º 3. 1508, Dezembro, 29

Bula de Sixto V «Sua nobis» sobre precedências entre os agostinhos e os dominicanos de Santarém.

Pergaminho (28×43). Selo de chumbo.

Proveniência: Convento da Graça de Lisboa.

N.º 4. 1511, Julho, 9

Bula de Júlio II «Perpetuam in memoriam» que autoriza as religiosas do convento da Madre de Deus a ganhar as indulgências do seu coro.

Pergaminho (28×49,5). Selo de chumbo.

Proveniência: Convento da Madre de Deus.

N.º 5. 1515, Abril, 4

Breve do Núncio Apostólico António Pucci que concede indulgências ao mosteiro da Madre de Deus.

Pergaminho (25×45).

Proveniência: mosteiro da Madre de Deus.

N.º 6. 1521, Abril, 9

Breve de Leão X «Exponi nobis» que manda rezar o ofício de Santa Auta no arcebispado de Lisboa.

Pergaminho (29,5×46,5).

Proveniência: mosteiro da Madre de Deus.

N.º 7. 1522, Maio, 23

Breve de Adriano VI que autoriza o ofício de Santa Auta, no dia 12 de Outubro, em todo o arcebispado de Lisboa, em virtude de se ter perdido o breve de Leão X, quando faleceu o arcebispo de Lisboa, e bem assim a transferência das relíquias para outro local.

Pergaminho (27×49).

Proveniência: mosteiro da Madre de Deus.

N.º 8. 1533, Julho, 26

Breve de Clemente VII (treslado) «Ad futuram rei memoriam» que proíbe a saída de religiosos do convento para exercer cargos eclesiásticos.

O traslado é feito e autenticado pelo notário apostólico Sebastião Rodrigues a 6 de Abril de 1536.

Pergaminho 4 fls. (27×20).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 9. 1539, Setembro, 2

Breve do Núncio em Lisboa, Jerónimo Rícenaz de Capiteferreo, que concede indulgências ao mosteiro da Madre de Deus.

Pergaminho (28×42). Selo de lacre em caixa.

Proveniência: mosteiro da Madre de Deus.

N.º 10. 1544, Julho, 8

Breve de D. António, Bispo de Santa Sabina, sobre a igreja de Nossa Senhora do Monte, pertencente aos Agostinhos.

Pergaminho (27,5×43).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 11. 1545, Novembro, 18

Breve do Núncio Apostólico, João Ricci, que concede indulgências ao mosteiro da Madre de Deus.

Pergaminho (35×50). Selo de lacre em caixa.

Proveniência: mosteiro da Madre de Deus.

N.º 12. 1561, Janeiro, 15

Breve de Pio IV sobre o P. Tomás Trigueiro, que passara dos Eremitas de Santo Agostinho para os Cónegos Regulares.

Pergaminho (22×37).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 13. 1563, Julho, 6

Breve de Pio IV sobre um terreno, à Cruz da Pedra, pertencente ao mosteiro da Madre de Deus.

Pergaminho (36×51).

Proveniência: mosteiro da Madre de Deus.

N.º 14. 1576

Breve do Cardeal Alexandre Sforza sobre precedências das religiosas.

Pergaminho (44×33). Selo de lacre em caixa.

N.º 15. 1593, Agosto, 30

Breve de Clemente VIII que absolve os religiosos que tivessem sido excomungados devido às precedências.

Pergaminho (27×43,5).

N.º 16. 1598, Março, 28

Breve de Clemente VIII «Ad perpetuam rei memoriam» sobre uma disposição do Capítulo Provincial dos Agostinhos respeitante à admissão no noviciado.

Pergaminho (40,5×55).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 17. Século XVI.

Breves (cópias de) respeitantes aos Frades Menores e Agostinhos.

Pergaminho 4 fls. — 2 em branco (30×21).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 18. 1618, Janeiro, 12

Breve do Cardeal Cipião que absolve de homicídio um religioso do convento da Graça.

Pergaminho (24,5×34,5).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 19. 1619, Dezembro, 17

Breve do Cardeal Cipião que absolve um religioso de homicídio.

Pergaminho (25×34,5).

N.º 20. 1625, Junho, 2

Breve de Urbano VIII «Noverint universi et singuli» que concede autorização para cinquenta magistérios no convento da Graça.

Pergaminho (21×31).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 21. 1625, Maio, 12

Breve de Urbano VIII «Noverint universi et singuli», sobre os exames dos que se apresentam para receber o presbiterado.

Pergaminho (36×49).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 22. 1630, Agosto, 21

Breve de Urbano VIII «Ad perpetuam rei memoriam» que concede indulgências nas missas que se celebrarem, em certos dias, no altar de S. Nicolau, no colégio dos Eremitas de Santo Agostinho.

Pergaminho (15,5×40,5).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 23. 1632, Setembro, 5

Breve do Cardeal Cipião que dispensa de ilegitimidade a Fr. Diogo de Meneses.

Pergaminho (24,5×35).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 24. 1640, Setembro, 27

Breve de Urbano VIII «Universis et singulis» (treslado), que autoriza os Agostinhos a celebrar o Capítulo no convento de Vila Viçosa.

O treslado é de 28 de fevereiro de 1641.

Pergaminho (28,5×38).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 25. 1640, Abril, 14

Breve de Urbano VIII «Ad futuram rei memoriam» que proíbe ornatos de ouro, prata e seda nas imagens dos oratórios do mosteiro da Madre de Deus.

Pergaminho (25,5×44,5).

Proveniência: mosteiro da Madre de Deus.

N.º 26. 1649, Março, 5

Breve de Inocêncio X para que o Deão do Porto ou de Viseu tome conhecimento de uma apelação de uma sentença do Geral dos Agostinhos.

Pergaminho (31×43).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 27. 1647, Dezembro, 18

Bula de Inocêncio X sobre um pleito em que entra o agostinho Frei Boaventura das Chagas, Prior do Convento da Penha de França.

Pergaminho (26×39).

N.º 28. 1649, Março, 17

Breve de Inocêncio X sobre um pleito em que entra Frei Boaventura das Chagas, Prior do convento da Penha de França.

Pergaminho (29,5×39,5).

Tem junto a informação de Frei Boaventura das Chagas.

Papel 7 fls. (31×21).

N.º 29. 1656, Novembro, 14

Breve de Alexandre VII que dá poder ao vigário geral de Évora para que tome conhecimento da causa do agostinho P. Manuel Moniz sobre o magistério.

Pergaminho (21×38).

N.º 30. 1671, Janeiro, 28

Breve de Clemente X que declara isento da jurisdição dos Agostinhos Descalços de Espanha o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, em Portugal.

N.º 31. 1674

Breve de Clemente X que derroga um anterior, autorizando o uso de peças de prata e seda nos oratórios particulares do mosteiro da Madre de Deus.

Pergaminho (30,5×42).

Tem junto a tradução. Papel 2 fls. (30,5×21).

Proveniência: mosteiro da Madre de Deus.

N.º 32. 1691, Novembro, 28

Breve de Inocêncio XII cominando penas aos que desencaminharem livros da biblioteca do colégio dos Eremitas de Santo Agostinho da Graça de Lisboa.

Pergaminho (33,5×39).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 33. 1881, Setembro, 30

Constituição Apostólica de Leão XIII que extingue as dioceses de Aveiro, Castelo Branco, Elvas, Leiria e Pinhel.

Pergaminho 18 fls. (36×26). Selo de chumbo.

CAIXA 3

N.º 1. 1468, Novembro, 12, Lisboa

Emprazamento da Quinta da Ribaldeira entre o convento da Graça de Lisboa e Arpim Borges.

Pergaminho (52×34).

Proveniência: convento da Graça de Lisboa.

N.º 2. 1516

Carta de emprazamento, de D. Manuel, de umas casas em Santiago de Lisboa.

Pergaminho danificado com prejuízo do texto (52,5×62,5).

N.º 3. 1517

Carta de D. Manuel sobre umas casas em Santiago.

Pergaminho (62×53,5). Tem restos do selo de cera pendente de fio azul e branco.

N.º 4. 1517

Carta de D. Manuel.

Pergaminho (62×72). Selo de cera pendente de fio branco.

N.º 5. 1539, Setembro, 17

Carta de D. João III autorizando a venda de uma propriedade.

Pergaminho (44×26,5). Selo de cera pendente de fio amarelo e castanho.

N.º 6. 1559, Outubro, 5

Carta de D. Sebastião. Tem escrito o seguinte sumário: «Provisão real por que nos davão certa quantia de especiaria na Casa da Índia de Lisboa. Frei José de Santa Teresa».

Pergaminho (60×62).

N.º 7. 1563, Maio, 25

Carta de D. Sebastião confirmando uma carta de D. João III, a pedido de D. Helena de Lencastro sobrinha do rei e comendadeira do mosteiro de Santos.

Pergaminho (30×39) danificado sem prejuízo do texto.

N.º 8. 1573, Maio, 25

Carta de D. Sebastião concedendo a D. Helena de Lencastro a confirmação de uma carta de padrão de 200\$000 de tença concedida por D. João III.

Pergaminho (26,5×36).

N.º 9. 1627, Dezembro, 7

Carta de Filipe III. No verso tem o sumário: «Pertence este Padrão ao juro da Casa dos Sinco; que comprou Catarina Serra Borges a Francisco Rodrigues Delvas; 4 de março de 1636».

Pergaminho (29×39,5) 4 fls. Selo de chumbo pendente de fio amarelo e verde.

CAIXA 4

N.º 1. 1511, Julho, 30

Bula concedendo várias indulgências ao mosteiro da Madre de Deus. Pergaminho iluminado (45×74). Falta o selo pendente.

N.º 2. 1511, Julho, 31

Bula concedendo indulgências ao mosteiro da Madre de Deus, a pedido da Rainha D. Leonor.

Pergaminho iluminado (45×47,5). Falta o selo pendente.

N.º 3. 1512, Outubro, 17

Bula concedendo indulgências ao mosteiro da Madre de Deus, a pedido da Rainha D. Leonor.

Pergaminho (42,5×68,5). Selo de chumbo pendente de fio castanho.

N.º 4. 1565, Março, 25

Bula concedendo indulgências ao mosteiro da Madre de Deus.

Pergaminho (43,5×66). Selo de chumbo pendente de fio vermelho e amarelo.

N.º 5. 1658, Fevereiro, 13

Bula concedendo indulgências à Confraria da Santíssima Trindade, erecta na igreja de Santa Maria da Divina Providência de Lisboa.

Pergaminho (59×37,5). Falta o selo pendente.

CAIXA 5

N.º 1.

Miscelânea manuscrita (truncada).

Estatutos (fim do § 1.º ao § 49.º). Convento da Graça de Lisboa.

«Começão as Leys geraes desta provincia confirmadas pellos Padres Reverendissimos (§§ 1 a 59).

«Começão as Leys especiaes pera o convento de N.ª Sra. da Graça confirmadas pelos Pes. Rmos.» (§§ 1 a 18).

«Ley feita para este convento de N.ª Sra. da Graça de Lixª Or.ª em a terceira vizita que nelle concluiu o mto. R. P. Provincial o Me. fr. Manuel da Conceição aos 26 de Fevº de 1725».

«Leys especiaes...» 1726.

Idem 1729, 1732.

12 fls. — 2 em branco, — 29 — 9 em branco, não numeradas (15,5×21).

N.º 2. 1718, Fevereiro, 3

«Leis e Estatutos que devem observar os Religiozos da Terceira Ordem de S. Francisco que habitão no Mosteiro de Sta. Appolonia desta cidade de Lixboa, os quais ordenou o Rdo. Cabbido sede vacante fizesse o Rdo. Conego José Ferreira Souto Vizitador do dito Mosteiro».

MS 19 fls. papel (15×20,5).

Transcreve a «terceira regra que o Papa Leão X deu aos Reliogos (*sic*) e religiozas commumente chamados da 3.ª Ordem dos penitentes...».

O MS era do uso das Sorores Maria da Conceição e Maria da Luz do Santissimo Sacramento.

N.º 3. 1718

«Compromisso e Estatutos das Relligiozas do Mosteiro de Sancta Apolonia de Lisboa Oriental. Anno de 1718».

MS iluminado 24 fls. papel (19×26,5).

Transcreve o «Livro da Terceira Regra que o Papa Leão X deu aos Relligiozos e Relligiozas commumente chamados da Terçeira (*sic*) ordem da Penitencia que fundou e instituio nosso gloriozo Pe. São Francisco».

N.º 4. 1729, Abril, 25

«Compromisso da Irmandade dos Passos de Christo Senhor Nosso erigida no Real Mosteyro de S. Dionisio de Odivellas pelas Religiosas

delle e confirmada pelo Rmo. D. Abbade Geral Esmoller mor Perlado Ordinario do mesmo Mosteyro».

MS pergaminho, iluminado 5 fls. (32×22,5).

Autógrafo do Abade Geral Fr. Bento de Mello.

N.º 5. 1746, Janeiro, 23

«Maria Santissima no Misterio de sua immaculada Conceição eleita manifesta e eternizada Padroeira do Convento de Santa Apollonia das Religiosas Capuchas da Terceira Ordem de N. P. S. Francisco».

MS iluminado 25 fls. papel (33×22).

Autógrafo do Cardeal Patriarca de Lisboa (D. Tomás de Almeida).
Seguem-se as assinaturas das religiosas até 1831.

N.º 6.

Estatutos da congregação de Sta. Ana do Lugar de Pernes.

MS truncado, 51 fls., papel (15×20,5).

Tem junto as pgs. impressas 97 e 98 do Índice e 103-106 dos referidos estatutos.

N.º 7. 1584

«Compendio delli privilegi esentioni e indulgenze concesse da diversi Pontefici all'archihospitale di S. Spirito in sassia di Roma e suoi membri. Con la confirmatione di N. S. Gregorio XIII e la riforma del Concilio di Trento».

Impresso, 19 fls., papel, não numerados. Viterbo 1584 (sem indicação de editor).

N.º 8. 1609

Miscelânea.

«Acta et Decreta per Reverendissimum Pe. M. F. Ioannem Baptistam de Aste Priorem Generalem universi Ordinis Eremitarum S. P. N. Augustini, et Commissarium Apostolicum S. P. N. Pauli Papae V in Comitibus Olyssipponensibus Provinciae Lusitaniae».

10 fls. impressos — 3 manuscritos não numerados (20×13).

Ulyssipone, Ex officina Petri Crasbeeck. 1609.

«Alternativa Eremitarum S. P. N. Augustini Provinciae Lusitanae».

MS 7 fls., papel (21×15). 1703, Junho, 30.

Vários decretos da nossa Ordem.

Ms 5 fls., papel (21×15).

«Declarationes Fulgentii a Monte Georgio Ordinis Eremitarum S.P.N. Augustini Generalis ad Decreta M. Fr. Joannis Baptistae de Aste...».

MS 6 fls., papel (21×15). 1626. Nápoles.

«Decreta Generalia pro bono regimine Provinciae Lusitaniae S.P.N. Augustini ab admodum Reverendo Patre Magistro Fr. Antonio Pacini Ravenate eiusdem Provinciae Visitatore et commissario generali edita anno Domini 1687.

MS 12 fls., papel (21×15).

«Decreta capituli generalis Romae celebrati anno 1685. Pro faelici totius Ordinis FF. Eremitarum S. P. Augustini Regimine et observantia». Romae, Typis Haeredum Corbelletti (sem data).

Impresso, 95 pgs. Trocadas as pgs. 33-40 e 41-48 (18×12).

N.º 9.

«Aqui se começa a Regra das freiras de nosa madre Sancta Crara...».

MS iluminado, 26 fls., pergaminho (23×16,5).

CAIXA 6

N.º 1. 1752, Julho, 7

Carta régia de D. José I dirigida ao Provincial da Ordem de Santo Agostinho sobre as travessias de cevada e palha das lezírias, comunicando-lhe que os religiosos que comprarem aqueles géneros para os tornarem a vender ou os armazenarem em suas casas, por transgredirem as leis, serão expulsos da Corte e Reino.

Papel (33×21,5). Vestígios de selo.

N.º 2. 1754, Novembro, 10

Carta régia de D. José dirigida ao Cardeal Patriarca criando um novo capelão na capela do Paço de Salvaterra de Magos e nomeando para o dito lugar o Padre João Rodrigues de Figueiredo e Sampaio, com o ordenado de cento e vinte mil reis, vencidos a partir de janeiro de 1755, com obrigação de missa quotidiana.

Papel (33×21,5).

N.º 3. 1759, Setembro, 3

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca de Lisboa, Reformador Geral da Companhia de Jesus, sobre a expulsão dos jesuítas do Reino, referindo minuciosamente as diligências feitas junto do Santo Padre e as razões que finalmente levaram o rei àquela decisão.

Papel (43,5×34). Selo real em perfeito estado.

N.º 4. 1759, Setembro, 6

Carta régia de D. José I ao Cardeal Patriarca para que este nomeie pessoas idóneas que tomem conta e guardem as alfaías das igrejas da Casa Professa de São Roque, dos Colégios de Santo Antão, Paraíso e Santarém e do Noviciado da Cotovia, enquanto recorria ao Santo Padre para que lhes fosse dado o destino conveniente. Recomenda a conservação das igrejas e edifícios contíguos e que não seja interrompido o culto um só dia.

Papel (43×34,5). Selo real em perfeito estado.

N.º 5. 1760, Agosto, 28

Carta do Conde de Oeiras dirigida ao Cardeal Patriarca, remetendo o alvará régio de 27 de agosto de 1760, pelo qual D. José I manda que seja edificada a capela de Nossa Senhora do Livramento e S. José no lugar do atentado contra o mesmo rei, dotando a capela com 4.000 reis anuais para o culto.

Carta do Conde de Oeiras com assinatura autógrafa; papel (22×17). Alvará real; papel 2 fls. (34,5×22).

N.º 6. 1761, Fevereiro, 25

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca para que este mande entregar ao Reitor do Colégio dos Nobres, que o rei acabara de fundar, a casa, igreja, ornamentos e alfaías que tinham pertencido ao Noviciado dos Jesuítas na Cotovia, evitando-se assim as «irremediáveis ruínas dos referidos bens» por falta de cuidado e por injúria do tempo.

Papel (44×34,5). Selo real em perfeito estado.

N.º 7. 1761, Setembro, 24

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca, comunicando-lhe que fora ordenado novo levantamento de tropas e que este também seria efectuado na Vila de Alhandra, de que o Patriarca era donatário.

Papel (44×34,5). Selo real em perfeito estado.

N.º 8. 1762, Abril, 11

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca mandando prevenir todas as pessoas eclesiásticas de que, enquanto disso houvesse necessidade, estavam suspensas as isenções das suas casas, adegas, celeiros e outras «oficinas» nos lugares onde estivessem tropas aquarteladas ou acampadas.

Papel (44×34,5). Selo real em perfeito estado.

N.º 9. 1762, Abril, 11

Carta régia dirigida ao Provincial dos Religiosos Eremitas de Santo Agostinho, comunicando que, enquanto disso houvesse necessidade, não haveria isenção para os conventos da ordem, adegas, celeiros e outras «oficinas» nos lugares onde estivessem tropas aquarteladas ou acampadas.

Papel (34×22).

N.º 10. 1763, Março, 25

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca anunciando a assinatura em Paris do tratado de paz entre Portugal e a Inglaterra dum lado, e a Espanha e França do outro, em 10 de Fevereiro, e pedindo que sejam rendidas graças solenemente por tão precioso benefício.

Papel (43×34,5). Selo real em perfeito estado.

N.º 11. 1763, Maio, 10

Carta régia de padrão em que D. José I concede ao prior e religiosos do convento de Nossa Senhora da Graça de Torres Vedras 3.000 reis de esmola anual para o capelão dos Passos da dita Vila.

Pergaminho 2 fls. (36,5×25), rasgado na margem direita com prejuízo do texto.

N.º 12. 1763, Setembro, 26

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca participando o nascimento de um infante, filho da Princesa sua filha e pedindo que tal acontecimento seja celebrado com demonstrações de alegria e acção de graças.

Papel (44×34). Selo real em perfeito estado.

N.º 13. 1767, Abril, 22

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca comunicando a nomeação de D. Luís da Câmara, do Conselho Real e Prelado da Santa

Igreja de Lisboa, para a superintendência e inspecção das obras da Basílica de Santa Maria, muito danificada pelo terramoto.

Papel (44×34). Selo real em perfeito estado.

N.º 14. 1767, Maio, 13

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca participando o nascimento de um infante, filho da Princesa sua filha, e pedindo que tal acontecimento seja celebrado com demonstrações de alegria e acção de graças.

Papel (43×34,5). Selo real em perfeito estado.

N.º 15. 1768, Fevereiro, 8

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca comunicando a doação da Casa Professa de S. Roque e sua igreja, outrora pertencente aos Jesuitas, à Misericórdia de Lisboa para seu estabelecimento e acomodação do recolhimento das órfãs e expostos.

Papel (44×34). Selo real em perfeito estado.

N.º 16. 1768, Agosto, 18

Carta patente pela qual D. José I nomeia o Padre Lourenço dos Santos Baptista Jaques, presbítero do hábito de S. Pedro, capelão do Regimento de Artilharia da Corte, de que é coronel o Brigadeiro Frederico Jacob Weinholtz e mandando ao marechal Marquês de Alvito que, no impedimento do marechal General Schaumbourg Lippe, lhe dê posse.

Papel (44×34). Selo real em perfeito estado.

N.º 17. 1768, Dezembro, 15

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca participando o nascimento de uma infanta, filha da Princesa do Brasil, e pedindo que tal acontecimento seja celebrado com demonstrações de alegria e acção de graças.

Papel (43×34). Selo real em perfeito estado.

N.º 18. 1770, Fevereiro, 4

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca comunicando-lhe o texto duma carta enviada ao Conde de Oeiras pelo Cardeal

Pallavicini, Secretário de Estado do Santo Padre, a qual diz respeito a uma bula e carta encíclica de Clemente XIV sobre o jubileu universal.

Papel (42,5×34). Selo real em perfeito estado.

N.º 19. 1770, Agosto, 23

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca pela qual se explica que não estão compreendidos no beneplácito régio os breves expedidos pela Penitenciaria Apostólica, nem os rescritos ordinários respeitantes a negócios entre particulares, a não ser que envolvam matéria que diga respeito à soberania, firmeza das leis, costumes do Reino ou decisões dos tribunais.

Papel (43×32,5). Selo real em perfeito estado.

N.º 20. 1771, Março, 11

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca autorizando a publicação de editais impressos para maior divulgação da notícia de que Clemente XIV tinha concedido a todos os prelados portugueses a faculdade de poderem dar bênção papal em dois dias solenes indicados por Sua Santidade.

Papel (43,5×33,5). Selo real em perfeito estado.

N.º 21. 1773, Setembro, 9

Carta régia de D. José ao Cardeal Patriarca comunicando que, pela bula «Dominus ac Redemptor» de 21 de julho de 1773, Clemente XIV extinguiu a Companhia de Jesus.

Papel (42,5×32,5). Selo real em perfeito estado.

N.º 22. 1774, Maio, 16

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca mandando que sejam preparadas outras constituições diocesanas e apresentadas na Mesa do Desembargo do Paço no prazo de um ano, as quais deveriam ser elaboradas segundo a teoria sobre o poder temporal da Igreja e a soberania régia expostas no suplemento à carta encíclica «Cum Summi Apostolatus» de 12 de Dezembro de 1769.⁽⁸⁾

Papel (48×37). Selo real em perfeito estado.

(8) Não consta que fossem preparadas tais constituições sinodais. As últimas publicadas na diocese de Lisboa são de 1640, impressas em 1646.

N.º 23. 1775, Janeiro, 31

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca mandando que encarregue os párocos de arrecadarem no tempo das desobrigas, pela forma que cobram as suas «conhecenças», a imposição de dez reis por pessoa e entreguem anualmente à Misericórdia esta colecta que se destina à sustentação dos expostos.

Papel (43,5×34). Selo real em perfeito estado.

N.º 24. 1775, Dezembro, 23

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca comunicando a nomeação de Joaquim Salter de Mendonça para a execução e administração das colectas aplicadas pelo Santo Padre Bento XIV à reedificação e restauração das paróquias da cidade de Lisboa, uma vez que o Principal D. Luís da Câmara se encontra, por doença, impossibilitado de fazê-lo.

Papel (44×34). Selo real em perfeito estado.

N.º 25. 1776, Fevereiro, 17

Carta régia de D. José I dirigida ao Cardeal Patriarca sobre a aplicação das rendas para as obras da Basílica de Santa Maria.

Papel (33×21), 4 fls.

Anexo uma «Cópia do mapa que se deo para a Inspeção do Exmo. Comissario Delegado D. Luiz da Camara Coutinho da Bazilica Patriarcal de Santa Maria».

Papel (34,5×22), caderno de 30 fls.

N.º 26. 1776, Dezembro, 22

Carta em nome do rei e assinada pela rainha dirigida a D. Fernando de Sousa e Silva, Principal e Vigário Capitular de Lisboa, comunicando o nascimento de uma infanta, filha da Princesa do Brasil e pedindo que tal acontecimento seja celebrado com todas as declarações de aplauso e acção de graças.

Papel (33,5×21,5).

N.º 27. 1777, Fevereiro, 20

Carta (cópia duma) de Aires de Sá e Melo dirigida ao arcebispo de Lacedemónia comunicando-lhe que o rei o nomeara para administrar o sacramento da Confirmação ao Príncipe no Oratório do Paço da Ajuda

pelas 11 horas de 21 de Fevereiro, dia em que se devia efectuar o seu casamento.

Papel (33,5×21,5).

N.º 28. 1777, Fevereiro, 21

Carta em nome do rei e assinada pela rainha dirigida a D. Fernando de Sousa e Silva, Principal, Vigário Capitular e Patriarca eleito, participando o casamento de seu neto, Príncipe da Beira, com a filha da rainha, a infanta D. Maria Francisca Benedita, e convidando-o a assistir à cerimónia, pedindo a Deus a bênção divina para tal consórcio.

Papel (33,5×21,5). Selo real diferente de todos os anteriores, pequeno formato.

N.º 29. 1777, Maio, 9

Carta régia de D. Maria I dirigida ao Cardeal Patriarca, D. Fernando de Sousa e Silva, comunicando a nomeação de Luís Vaz Guedes Pinto, prelado da Santa Igreja Patriarcal, para presidente da Basílica de Santa Maria.

Papel (33×21,5).

N.º 30. 1777, Maio, 10

Carta régia de D. Maria I dirigida a D. Fernando de Sousa e Silva, Patriarca eleito, comunicando que no dia 13 de maio se realizava o juramento de fidelidade à rainha, como sucessora de D. José I, falecido em 23 de Fevereiro; acto solene que se realizará numa varanda levantada propositadamente na Praça do Comércio para a dita cerimónia.

Papel (32,5×21,5). Selo real de pequeno formato.

N.º 31. 1779, Junho, 10

Carta régia de D. Maria I dirigida ao Cardeal Patriarca participando a nomeação de Teodoro Pedro de Moraes para beneficiado da Santa Igreja de Lisboa.

Papel (42,5×32,5). Selo real, grande formato como os dos primeiros documentos desta caixa.

N.º 32. 1779, Outubro, 15

Carta régia de D. Maria I fazendo mercê ao Prior e Religiosos do convento de Nossa Senhora da Graça, da Ordem de Santo Agostinho,

duma cadeira de Filosofia Racional, com o ordinário anual de 80.000 reis e nomeando seu regente Frei António de São Luís, sendo a este aplicados 30.000 reis por ficar encarregado da dita regência.

Pergaminho (35,5×23), 2 fls. danificados sem prejuízo do texto.

N.º 33. 1780, Abril, 19

Alvará régio de D. Maria I assinado pelo Visconde de Cerveira, aprovando o plano de divisão e translação das paróquias de Lisboa elaborado pelo Cardeal Patriarca em execução da bula de Bento XIV «Etsi ecclesiarum» de 19 de Agosto de 1756.⁽⁹⁾

Papel (33,5×22).

N.º 34. 1781, Junho, 7

Carta régia de D. Maria I dirigida ao Cardeal Patriarca nomeando Principal Presbítero da Igreja de Lisboa a D. José António de Almeida Baena.

Papel (43×33). Selo real (grande) em perfeito estado.

N.º 35. 1781, Junho, 7

Carta régia de D. Maria I dirigida ao Cardeal Patriarca nomeando Principal Presbítero da Igreja de Lisboa a José Furtado de Hohenlohe, cónego da mesma igreja.

Papel (42,5×33). Selo real em perfeito estado.

N.º 36. 1782, Maio, 27

Carta régia de D. Maria I, assinada pelo Conde de Azambuja, mandando que o tesoureiro da Casa da Índia continue a dar a esmola das especiarias aos conventos da Província dos Eremitas Calçados de Santo Agostinho, pela forma como fora ordenado por alvará de D. Manuel.

Pergaminho, 3 fls. (33×30).

N.º 37. 1783, Outubro, 20

Carta régia de D. Maria I dirigida ao Cardeal Patriarca comunicando-lhe que o novo Mosteiro do Desagravo, no Campo de Santa Clara, fundado pela Infanta D. Maria Ana, sua irmã, já estava acabado e ia

(9) O plano da divisão das paróquias foi impresso. Encontra-se no livro das pastorais do Cardeal Patriarca D. Fernando I (Livraria n.º 5).

ser ocupado pelas religiosas do Mosteiro do Lourçal, ficando sob a jurisdição do Patriarca de Lisboa.

Papel (34×21,5). Selo real (pequeno) em perfeito estado.

N.º 38. 1783, Novembro, 24

Carta régia de D. Maria I dirigida ao Cardeal Patriarca, mandando que sejam acrescentadas as cóngruas dos sacerdotes penitenciários da Igreja Patriarcal até à quantia de 300.000 reis anuais cada um, reservando para si a nomeação dos mesmos.

Papel (34×22). Selo real (pequeno) em bom estado.

N.º 39. 1784, Maio, 10

Carta régia de D. Maria I dirigida ao Cardeal Patriarca, nomeando Principal Presbítero da Igreja Patriarcal a D. Carlos da Cunha e Meneses, acólito patriarcal.

Papel (42×33,5). Selo real (grande) em perfeito estado.

N.º 40. 1785, Março, 17

Carta régia de D. Maria I dirigida a José Francisco, Principal Mendonça, Reformador Reitor da Universidade de Coimbra, participando os próximos casamentos do Infante D. João com a Infanta D. Carlota Joaquina, filha do Príncipe das Astúrias, e da Infanta D. Mariana Vitória com o Infante D. Gabriel, filho do Rei Católico, uma vez que já estavam concluídos os contratos matrimoniais entre as cortes de Lisboa e Madrid.

Papel (34,5×22). Selo real (pequeno).

N.º 41. 1785, Julho, 1

Carta régia de D. Maria I dirigida ao Cardeal Patriarca pedindo a indicação dos nomes de onze presbíteros seculares para celebrarem as doze missas fundadas no Mosteiro de São Vicente de Fora por D. João IV, D. Pedro II e D. João V, uma vez que os cónegos de Santo Agostinho tinham sido transferidos para Mafra.

Papel (43×33,5). Selo real (grande) em perfeito estado.

N.º 42. 1785, Novembro, 19

Carta régia de D. Maria I dirigida a José Francisco de Mendonça, Principal da Igreja Patriarcal, Reformador Reitor da Universidade de Coimbra, participando que autorizava a restituição à dita Universidade

do Dr. António Ribeiro dos Santos, lente substituto da Faculdade de Cânones, mandando contudo que o mesmo seja advertido de que deve obediência e subordinação ao Reitor e seus sucessores.

Papel (33,5×22). Vestígios do selo.

N.º 43. 1788, Abril, 26

Carta régia de D. Maria I dirigida ao Cardeal Patriarca participando a nomeação de Octaviano Accioli, Prelado da Igreja Patriarcal, para Presidente da Basílica de Santa Maria.

Papel (43×24). Selo real (grande) em perfeito estado.

N.º 44.

Carta régia de D. Maria I (cópia duma) dirigida ao arcebispo de Évora, recomendando prudência e discernimento no ensino da doutrina, na conservação da disciplina eclesiástica, na averiguação da idoneidade dos párocos, na defesa da religião contra os ataques da incredulidade e superstição, prometendo como «Protector da Religião» a sua Suprema Autoridade e Poder Real.

Papel (36,5×26,5), 2 fls.

N.º 45. 1791, Janeiro, 14

Carta régia de D. Maria I de padrão de 40.000 reis de tença efectiva anual concedida a António José de Sequeiros Silva Souto Maior, por renúncia de seu pai António José da Silva Souto Maior, a quem tinham sido concedidos 60.000 reis de tença por seus serviços no Regimento de Infantaria na Praça de Valença.

Pergaminho 2 fls. (25×34,5), rasgado na margem direita.

N.º 46. 1792, Maio, 24

Carta régia de D. Maria I assinada pelo Príncipe e dirigida ao Cardeal Patriarca autorizando que a Administração e Arrecadação dos bens e rendas da Basílica de Santa Maria sejam anexadas à Congregação Camarária da Santa Igreja Patriarcal e determinando a forma como umas e outras devem funcionar.

Papel (43×34). Selo real (grande).

N.º 47. 1792, Julho, 27

Carta régia de D. Maria I assinada pelo Príncipe e dirigida ao Cardeal Patriarca ordenando que o cofre da Basílica de Santa Maria seja

removido para o Erário Real, uma vez que as rendas da Igreja Patriarcal se fazem pelo dito Erário, e por carta de 24 de maio de 1792 a administração da Basílica e a da Igreja Patriarcal se encontram anexadas uma à outra.

Papel (43,5×33,5). Selo real (grande) em perfeito estado.

N.º 48. 1793, Abril, 29

Carta régia de D. Maria I assinada pelo Príncipe e dirigida ao Cardeal Patriarca participando o nascimento da Princesa das Beiras e pedindo que tal acontecimento seja celebrado com demonstrações de alegria e acção de graças.

Papel (46,5×36). Selo real (grande) em perfeito estado.

N.º 49. 1795, Março, 21

Carta régia de D. Maria I assinada pelo Príncipe e dirigida ao Cardeal Patriarca participando o nascimento do Príncipe das Beiras e pedindo que tal acontecimento seja celebrado com demonstrações de alegria e acção de graças.

Papel (43×34). Selo real (grande) em perfeito estado.

N.º 50. 1797, Maio, 19

Carta régia de D. Maria I assinada pelo Príncipe e dirigida ao Cardeal Patriarca participando o nascimento duma infanta, filha da Princesa do Brasil, e pedindo que tal acontecimento seja celebrado com demonstrações de alegria e acção de graças.

Papel (43×34). Selo real (grande) em perfeito estado.

N.º 51. 1798, Outubro, 12

Carta régia de D. Maria I assinada pelo Príncipe e dirigida ao Cardeal Patriarca, participando o nascimento dum infante, filho da Princesa do Brasil, e pedindo que tal acontecimento seja celebrado com demonstrações de alegria e acção de graças.

Papel (46,5×37,5). Selo real (grande) em perfeito estado.

N.º 52. 1798, Outubro, 22

Carta régia de D. Maria I assinada pelos Ministros, pela qual confirma a doação feita pelo Alferes José Joaquim Ferreira da Silva, morador na Quinta do Grilo, termo de Torres Vedras, ao Padre Frei Octaviano

Pereira, Eremita de Santo Agostinho, que obtivera breve de secularização, tudo conforme à escritura lavrada a 20 de novembro de 1797 no tabelião da dita vila José António do Rego.

Pergaminho, 2 fls. (33,5×23), com selo de chapa pendente.

CAIXA 7

N.º 1. 1390, Setembro, 10

Carta (cópia duma) do arcebispo de Lisboa D. João Anes.

Papel (31×21).

N.º 2. 1579, Julho, 23

Carta de doação do arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida a sua irmã Ana.

Papel 2 fls. (27,5×19,5).

N.º 3. 1657, Março, 20

Carta de emprazamento de umas casas na cidade de Faro a Rafael Monteiro pela Rainha D. Luísa.

Pergaminho (33,5×29,5), falta o selo pendente.

N.º 4. 1681, Maio, 23

Provisão do arcebispo de Lisboa concedendo licença para se poder celebrar missa na capela da Quinta do Amo, termo de Torres Vedras, edificada pelo seu proprietário Conde de Avintes.

Papel (30×31); selo de chapa.

N.º 5.

Inventário (certidão do) dos bens patrimoniais do arcebispo de Lisboa D. João de Sousa.

Papel 10 fls. mas só 6 estão escritos (31×21,5).

N.º 6. 1717, Junho, 20

Carta régia (cópia duma) acerca da maneira de apresentar o Deão, Dignidades, Cónegos e demais Beneficiados da Capela Real, erecta na Sede Patriarcal Metropolitana.

Papel (30×21).

N.º 7. 1718, Dezembro, 10

Carta do Cardeal Patriarca ao rei propondo para a conezia magistral da Sé de Portalegre André Barreto Tavares, bacharel formado em cânones pela Universidade de Coimbra, António Marques, bacharel formado em cânones pela Universidade de Coimbra, João Mendes Guerra, bacharel formado em Teologia pela Universidade de Salamanca.

Papel (29,5×21).

N.º 8. 1729, Junho, 23

Declaração (cópia duma) do Cardeal Patriarca sobre os honorários dos cônegos que foram assistir na Sé de Elvas às bênçãos nupciais dos Príncipes.

Deve ser uma minuta do documento.

Papel 3 fls. (29,5×21).

N.º 9. 1728, Dezembro, 16

Requerimento de D. Tomás de Almeida, porcionista no Colégio Real, matriculado na Faculdade de Teologia, em que pede ao Reitor mande certificar os anos em que obteve aprovação na Faculdade a fim de fazer os seus actos.

Tem o despacho do Reitor e várias certidões.

Papel 4 fls. (30×20,5).

N.º 10. 1746

Cartas (quatro) do Principal D. Tomás de Almeida.

Papel (22×17).

N.º 11. 1747

Correspondência de D. Inácio, secretário do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida para o Marquês do Lavradio.

São 16 cartas.

Papel (23×18).

N.º 12. 1754, Fevereiro, 27

Disposições feitas pelo Patriarca de Lisboa depois de cerrado o seu testamento.

Tem anexos um inventário dos bens da Mitra Patriarcal, datado de 7 de Outubro de 1717, e um inventário dos bens pertencentes ao

espólio do Cardeal Patriarca D. Tomás de Almeida, datado de 1 de Agosto de 1718.

Papel 9 fls. (33×22).

N.º 13. 1767, Dezembro, 5

Alvará de D. Tomás de Almeida, Principal da Santa Igreja de Lisboa e Director Geral dos Estudos, dando poder ao seu secretário P. Luís Francisco de Sousa para tomar posse de umas casas que adquirira em Lisboa. O auto de posse está lavrado nas costas do documento e no segundo fólio.

Papel 2 fls. (30×21).

N.º 14. 1784, Abril, 13

Provisão do arcebispo primás de Braga concedendo licença a D. Diogo Correa de Sá para mudar e reedificar a capela da Quinta de Laborim, freguesia de Vilarinho da Castanheira.

Papel (34×44); selo de chapa.

N.º 15. 1785, Agosto, 22

Licença concedida ao Principal D. Tomás de Almeida para comprar certos bens.

Papel (30×21); selo de chapa.

N.º 16. 1786, Janeiro, 5

Carta régia (cópia duma) concedendo ao Conde de Avintes, D. António de Almeida, a alcaidaria-mor da Vila de Montemor-o-Novo, em retribuição dos serviços prestados por seu tio D. Tomás de Almeida, Principal Decano da Santa Igreja Patriarcal, como Director Geral dos Estudos.

Papel (34×22).

N.º 17. Século XVII (fins)

Resposta do P. Sebastião de Magalhães confessor de El Rei D. Pedro II sobre as juntas. Não tem qualquer assinatura nem data.

Papel 6 fls. (32,5×22).

N.º 18. Século XVIII

Relação das despesas que em cada ano se fazem na Santa Igreja Patriarcal, com as pessoas que a servem, com a fábrica, com a adminis-

tração da sua renda e pensões que paga. Papel, caderno com 14 fls. (33×21).

N.º 19. Século XVIII

Capítulos da visita canónica (cópia) feita ao mosteiro de Santa Marta de Lisboa.

Parece ser a minuta do documento.

Papel, caderno com 8 fls. (31×21,5).

N.º 20. Século XVIII

Cópia de vários documentos do Conde do Lavradio e do Principal D. Tomás de Almeida.

N.º 21. 1820

Carta do Cardeal Patriarca de Lisboa propondo ao rei para vigário geral do Patriarcado três nomes: Luís António Carvalho Furtado de Mendonça, Prior-mor da Ordem de Cristo, António Ferreira de Sousa, substituto da Cadeira de Instituições do Direito Civil, António Pinheiro de Azevedo e Silva, lente da segunda cadeira sintética de direito pátrio.

Anexo a folha que serviu de sobrescrito com o selo de lacre e a nota: «Recebida em 27 de Dezembro de 1820» (Na Corte do Rio de Janeiro).

Papel (34,5×24,5).

N.º 22. 1832, Fevereiro, 11

Breve do Núncio Apostólico concedendo à Marquesa de Abrantes e seus filhos licença para mandar celebrar missa nos seus oratórios privados.

Papel (23×22).

N.º 23. 1843, Novembro, 18

Provisão do Cardeal Patriarca concedendo licença de culto na capela existente no Palácio do Campo Grande pertencente a Francisco Isidoro Viana.

Papel (34,5×24).

N.º 24. 1854, Abril, 4

Breve de Pio IX concedendo certas indulgências em favor do ora-

tório situado no palácio de Santos o Velho, propriedade de José Maria da Piedade de Lencastre, Marquês de Abrantes.

Pergaminho (16×42).

N.º 25. 1854, Abril, 4

Breve de Pio IX concedendo indulgências aos fiéis que visitassem em certos dias o oratório do Marquês de Abrantes no palácio de Santos o Velho.

Pergaminho (16×42).

N.º 26. 1862, Novembro, 18

Breve de Pio IX concedendo licença para se celebrar missa e distribuir a comunhão no oratório do Marquês de Abrantes, José Maria da Piedade de Lencastre.

Pergaminho (23×42).

N.º 27. 1870, Julho, 12

Breve de Pio IX concedendo privilégio de oratório privado a João de Lencastre Távora, Marquês de Abrantes.

Pergaminho (27,5×40).

N.º 28. 1884

Sete documentos originais relativos à elevação ao Cardinalato de D. José Sebastião Neto.

Anexos mais alguns papéis relativos ao mesmo assunto.

N.º 29. 1884, Março, 24

Breve de Leão XIII comunicando ao Patriarca D. José Neto a sua elevação ao Cardinalato e o envio do barrete pelas mãos de Júlio Tonti.

Pergaminho (30×45).

N.º 30. 1884, Março, 26

Breve de Leão XIII concedendo ao Cardeal Neto licença para fazer livremente testamento.

Pergaminho, caderno com 12 fls. (30×23).

N.º 31. 1884, Março, 26

Breve de Leão XIII dirigido ao Cardeal Neto sobre concessão e transferência de benefícios eclesiásticos.

Pergaminho (36×49).

N.º 32. 1884, Março, 26

Breve de Leão XIII dirigido ao Cardeal Neto, autorizando que possa dispor dos seus bens (que normalmente deviam ser pertença da capela papal).

Pergaminho (33×49).

N.º 33. 1884, Março, 26

Breve de Leão XIII dirigido ao Cardeal Neto sobre concessão de benefícios eclesiásticos.

Pergaminho, caderno com 8 fls. (23×25).

CAIXA 8

N.º 1. 1332, Julho, 1

Carta de escambo de propriedades pertencentes à igreja de Santiago de Óbidos feita por Martim da Moita e sua mulher.

Pergaminho (21×22).

N.º 2. 1343, Maio, 10

Pública forma de uma cláusula do testamento de João Domingues de A-dos-Negros, datado de 15 de novembro de 1341, que inclui o legado de uma vinha à igreja de S. Pedro de Óbidos com o encargo de um aniversário.

Pergaminho (15,5×20).

N.º 3. 1349, Maio

Pública forma de duas cláusulas do testamento de (...) Gomes a favor da igreja de Santiago de Óbidos.

Pergaminho (8×24,5).

N.º 4. 1350, Outubro, 25

Doação à igreja de Santiago de Óbidos de uma casa térrea com pomar anexo, feita por João Anes, contador de el rei e prior de Santiago de Abrantes, com o encargo de certos aniversários contidos noutro instrumento.

Pergaminho (18×33).

N.º 5. 1358, Dezembro, 27

Carta de empraçamento de uma vinha, outorgada pelo prior e raçoeiros de S. Pedro de Óbidos a João Lianor e sua mulher pelo preço de cinco soldos pela casa e dez pela vinha.

Pergaminho (17,5×18,5).

N.º 6. 1364, Fevereiro, 11

Carta de empraçamento de uma casa, outorgada pelo prior e raçoeiros de Santa Maria e de S. Pedro de Óbidos a favor de Afonso Martins e sua mulher pelo preço de cinco soldos para cada uma das ditas igrejas.

Pergaminho (19,5×18).

N.º 7. 137?, Março, 15

Instrumento de posse de duas courelas de vinha (que tinha ameixeiras e pessegueiros) a favor da igreja de Santiago de Óbidos.

Pergaminho (29×17).

N.º 8. 1406, Setembro, 3

Instrumento de renúncia de uma vinha, que trazia Fernande Anes, a favor da igreja de Santiago de Óbidos.

Pergaminho (18×21,5).

N.º 9. 1408, Fevereiro, 5

Carta de Martim Lourenço, prior de Santiago de Lisboa, escolar em direito canónico e vigário do arcebispo D. João Esteves de Azambuja, determinando que os paroquianos de Santiago de Óbidos ouçam missa e horas canónicas na igreja paroquial e não nas capelas de S. Tomé de Montejunto, de São Salvador do Bombarral, de Santa Maria de Vidais e de Santa Maria da Roliça. Os capelães destas capelas não consintam que os fregueses de Santiago nelas ouçam missa nos domingos e festas. Admoesta os fregueses que assim o cumpram sob pena de excomunhão. Exceptua os casos de necessidade, como são bodas, baptismos e romarias.

Pergaminho (31×30).

N.º 10. 1428, Outubro, 10

Empraçamento de umas casas com seu alpendre e laranjeiras, em Óbidos, pelo prior e raçoeiros de S. Pedro de Óbidos a João Vasques,

tabelião na dita vila, pela pensão anual de 50 reais brancos, «desta moeda corrente».

Pergaminho (34,5×18).

N.º 11. 1447, Maio, 18

Sentença contra Beatriz Esteves que estava de posse de uma vinha da igreja de Santiago de Óbidos e não pagava os foros.

Pergaminho (22×30,5).

N.º 12. 1455, Janeiro, 24

Pública forma de um instrumento de arrendamento de duas courelas de vinha e um chão, feito em 23 de fevereiro de 1406, em que foram outorgantes o prior e prioste da igreja de Santiago de Óbidos, a favor de Vicente Lourenço, raçoeiro da mesma igreja, e mais duas pessoas a indicar por ele, com o foro de terço e dízimo para a dita igreja.

Pergaminho (29×35).

N.º 13. 1461, Dezembro, 23

Carta de escambo de um chão pertencente à igreja de Santiago de Óbidos, por dois chãos de Vaz Lourenço Roiz e Ines Dias sua mulher.

Pergaminho (43×18).

N.º 14. 1471, Maio, 25

Carta de sentença dada por João Gonçalves, beneficiado nas igrejas de Santa Maria e S. Pedro de Óbidos e juiz eclesiástico, em que são autores o prior e beneficiados de Santiago de Óbidos e reus o vigário e beneficiados de São João do Mocharro. Objecto do pleito: direito às dízimas e conhecenças dos fornos da telha situados na Ameeira. Sentença favorável à igreja de Santiago pois os reus não compareceram na audiência a provar os pretendidos direitos.

Pergaminho (29×34,5).

CAIXA 9

N.º 1. Século XIV (fins)

Livro de aniversários (fragmento) da igreja de Santa Marinha de Lisboa. ⁽¹⁰⁾

Letra de várias mãos dos fins do século XIV, com adições posteriores.

Pergaminho, 22 fls. (28×22).

N.º 2. 1477, Junho, 29

Carta de instituição de abade de São Salvador de Sabadim a favor de Diogo Fernandes, dada pelo vigário geral do bispo de Ceuta, D. João Ferraz, cónego do Porto Afonso Pires.

Pergaminho (39×27,5). Falta o selo pendente.

N.º 3. Século XVI

Tombo dos bens da igreja de Santiago de Torres Novas (fragmento).

Pergaminho, 21 fls. (31×22).

N.º 4. Século XVIII?

Livro da terceira regra que o papa Leão décimo deu aos religiosos e religiosas comumente chamados da terceira ordem dos penitentes...

Papel, 20 pgs. numeradas e 19 escritas (27,5×20).

N.º 5. Século XVIII?

Estatutos das Escravas do Santíssimo Sacramento do Mosteiro de Santana de Lisboa.

Papel, 7 fls. escritos (30,5×22). Tem uma portada com desenho à pena: André Leitão fecit.

N.º 6. 1747

Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora da Luz da Carvoeira.

Papel, com 15 fls. escritos (34×23,5).

(10) O texto deste documento foi integralmente publicado por nós (Cfr. *Livro de aniversários da Igreja de Santa Marinha de Lisboa*, in «Revista Municipal» (Lisboa), t. 25 (1964) p. 15-27).

N.º 7. 1773

Compromisso da Congregação de Nossa Senhora das Mercês erecta na Igreja da Conceição dos Freires da Ordem de Cristo.

Papel, com 50 fls. escritos (28×19).

CAIXA 10**N.º 1. 1648**

Processo «de genere» de António Florim.

N.º 2. 1772

Processo «de genere» para os últimos graus de ordens menores e subdiaconado de Joaquim José Morais.

N.º 3. 1779

Processo «de genere» para subdiácono de Diogo José Abentim de Laplana.

N.º 4. 1780/1781

Processos «de genere» para diácono e presbítero de Diogo José Abentim de Laplana.

N.º 5. 1782

Breve apostólico de dispensa de idade e de interstícios de ordenação «extra tempora» a favor do subdiácono Manuel da Fonseca Teles.

N.º 6. 1783

Processo «de genere» para o estado eclesiástico a favor de João Roberto Pereira Delgado e seus irmãos Felisberto António Pereira Delgado e José Manuel Pereira Delgado.

N.º 7. 1786

Processo «de genere» para o estado eclesiástico a favor de Manuel José Henriques.

N.º 8. 1786

Processo «de genere» para o estado eclesiástico a favor de Francisco José Leitão.

N.º 9. 1787

Processo «de genere» para o presbiterado a favor de Venâncio Gonçalves de Gois.

N.º 10. 1788

Processo «de genere» para o subdiaconado a favor de Miguel Eduardo Pereira Azevedo Sampaio.

N.º 11. 1789

Processo «de genere» para o diaconado e presbiterado a favor de Miguel Eduardo Pereira de Sampaio.

N.º 12. 1790

Processo «de genere» para subdiácono e diácono a favor de Manuel José Henriques.

CAIXA 11

N.º 1. 1798

Processo «de genere» para ordens menores a favor de Francisco da Fonseca.

N.º 2. 1799/1803

Processo «de genere» para ordens menores e subdiaconado a favor de João Lourenço da Silva.

N.º 3. 1800

Processo «de genere» para o subdiaconado a favor de José Ribeiro Pinheiro de Vasconcelos.

N.º 4. 1804/1805

Processo «de genere» para o diaconado e presbiterado a favor de João Lourenço da Silva.

N.º 5. 1809

Processo «de genere» para prima tonsura e ordens menores a favor de António Jacinto do Amaral.

N.º 6. 1817

Processo «de genere» para o estado eclesiástico a favor de José Maria Rebelo de Vasconcelos.

N.º 7. 1818

Processo «de genere» para o diaconado e presbiterado, com dispensa de idade, a favor de António Alberto das Neves Barbosa.

N.º 8 1818

Processo «de genere» para o estado eclesiástico a favor de José António da Silva Mota e Neves e seus irmãos Manuel Antunes da Silva Mota e Neves e Sebastião Antunes da Silva Mota e Neves.

N.º 9. 1819

Processo «de genere» para o estado eclesiástico a favor de Raimundo António.

N.º 10. 1820

Processo «de genere» para o estado eclesiástico a favor de Francisco Antunes da Silva Mota e Neves e seu irmão Domingos Antunes da Silva Mota e Neves.

N.º 11. 1820

Processo «de genere» para prima tonsura e ordens menores a favor de Raimundo António.

N.º 12. 1821

Processo «de genere» para o estado eclesiástico a favor de José Godinho.

CAIXA 12**N.º 1. 1725**

Processo de património a favor de Manuel Alves.

N.º 2. 1747

Processo de património a favor de Francisco José.

N.º 3. 1749

Processo de património a favor de Joaquim José de Brito Vilasboas.

N.º 4. 1772

Processo de património a favor de Francisco Gomes Arnau.

N.º 5. 1779

Processo de património a favor de José Cupertino dos Santos.

N.º 6. 1779

Processo de património a favor de Diogo José Abentim de Laplana.

N.º 7. 1781

Processo de património a favor de Manuel da Fonseca Teles.

N.º 8. 1788

Processo de património a favor de Miguel Eduardo Pereira de Azevedo Sam Paio.

N.º 9. 1789

Processo de património a favor de Manuel José Henriques.

N.º 10. 1792

Processo de património a favor de Joaquim Roberto.

N.º 11. 1798

Processo de património a favor de José Godinho de Évora.

CAIXA 13**N.º 1. 1799**

Processo de património a favor de Francisco da Fonseca.

N.º 2. 1801

Processo de património a favor de João Lourenço.

N.º 3. 1809

Processo de património a favor de Fortunato António Ribeiro.

N.º 4. 1816

Processo de património a favor de António Alberto das Neves Barbosa.

N.º 5. 1817

Processo de património a favor de Fr. Francisco de Maria Santíssima, agostinho descalço.

Tem anexo o processo de secularização.

N.º 6. 1817

Processo de património a favor de Fr. Bernardo da Nazaré, religioso da Província de Santo António de Portugal.

N.º 7. 1819

Processo de património a favor de Fr. Manuel Alves, da Ordem de Cristo.

N.º 8. 1824

Processo de património a favor de José Antunes da Silva Mota Neves.

N.º 9. 1830

Processo de património a favor de Fr. Domingos do Patrocínio de Maria, religioso da Província da Arrábida.

Tem anexo o processo de secularização.

LIVROS MANUSCRITOS

Núcleo de cerca de mil volumes, que vão desde 1549 até ao século XIX.

São de especial interesse as colecções de visitas paroquiais (algumas centenas de livros), os registos de ordenação (desde 1586 até ao presente), vários livros referentes aos franciscanos e outros religiosos, etc.

Fizemos uma tentativa de distribuição por assuntos, embora ainda muito precária dado que não foi possível examinar detidamente toda esta massa documental.

Em geral indicamos o título escrito na capa ou no início do livro.

EXAMES DE RELIGIOSAS

Exame de religiosas do convento de Marvila, 1688,1695: (MS 441).

Exames de religiosas do convento de Marvila, 1694-1701: (MS 396).

Exame de religiosas do mosteiro de Odivelas, 1685-1692: (MS 353).

Exame de religiosas do convento dos Mártires das Capuchas, 1676-1685: (MS 51).

Exame de religiosas do convento do Sacramento de Lisboa, 1672-1674: (MS 318).

Exame de religiosas do mosteiro de Santa Clara de Lisboa, 1601-1610: (MS 456).

Exame de religiosas do mosteiro do Salvador de Lisboa, 1607: (MS 457).

Exame de religiosas do convento do Salvador da Ordem de S. Domingos, 1661-1665: (MS 426).

Exame de religiosas do convento do Salvador de Lisboa, 1663-1667: (MS 376).

Exame de religiosas de vários conventos de Lisboa (Convento de Santana; Santa Clara), 1622-1625: (MS 46).

Exame de religiosas do convento de Santana de Lisboa, 1652-1655: (MS 379).

Exame de religiosas franciscanas do convento de Santana de Lisboa, 1655-1657: (MS 434).

Exame de religiosas do mosteiro de Santa Mónica de Lisboa, 1648-1652: (MS 312).

Exame de religiosas do convento de Santa Mónica de Lisboa, 1657-1660: (MS 359).

Exame de religiosas do convento de Santa Mónica de Lisboa, 1669: (MS 139).

Exame de religiosas do convento de Santa Brigida, 1789-1826: (MS 496).

Exame de religiosas do convento de Santa Teresa de Carnide, 1733-1753: (MS 492).

Exame de religiosas de vários conventos de Lisboa, 1707-1715: (MS 572).

Exame de religiosas de conventos de Lisboa, 1715-1741: (MS 75).

Exame de religiosas de vários conventos de Lisboa, 1717-1731: (MS 608).

Exame de religiosas de vários conventos de Lisboa, 1753-1793: (MS 571).

Exame de religiosas de conventos de Lisboa, 1667-1669: (MS 138).

Exame de religiosas do convento de N. Sra. da Nazaré das Bernardas Descalças de Lisboa, 1701-1707: (MS 370).

Exame de religiosas do convento dominicano da Rosa de Lisboa, 1634-1640: (MS 454).

MATRÍCULAS DE ORDENAÇÕES

Esta colecção consta de 97 volumes com o registo das ordenações feitas em Lisboa desde 1586 a 1826 (os livros dos anos seguintes até à actualidade também existem mas ainda não estão neste arquivo inventariados). São da mais alta importância para a história. Encontramos neles nomes famosos como S. João de Brito, Padre Bartolomeu do Quental, beato Vicente de Santo António, etc.⁽¹¹⁾

Não indicamos pormenorizadamente os volumes e as cotas, pois seria uma série de datas e de números sem importância prática. Os investigadores que queiram consultar esta documentação encontram no Arquivo um ficheiro organizado por ordem cronológica.

REGISTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS CAUSAS NA CURIA PATRIARCAL

Consta esta colecção de 9 volumes, todos referentes ao século XVIII, com o registo das causas julgadas no Tribunal Eclesiástico de Lisboa (trata-se de causas judiciais e administrativas).

REGISTO DE BULAS DA CÂMARA PATRIARCAL

Registo das bulas que se expedem para o Patriarcado, 1718-1720: (MS 315).

Registo de bulas que se expedem para o Patriarcado, 1719-1721: (MS 289).

(11) Cfr. Isaias da Rosa Pereira — *O Beato Vicente de Santo António ordenou-se na Sé de Lisboa*, in «Novidades», de 17 de Outubro de 1966: Idem — *Acheegas para a biografia de S. João de Brito*, in «Brotéria», t. 87 (1968) p. 232-237.

Registo dos breves apostólicos que se expedem para o Patriarcado, 1721-1723: (MS 371).

Registo Geral dos breves expedidos de Roma para a Cúria Patriarcal, 1723-1725: (MS 432).

Registo Geral dos breves que se expedem para o Patriarcado, 1725-1726: (MS 374).

Registo das bulas que se expedem para o Patriarcado, 1732: (MS 309).

Registo das Letras Apostólicas que se expedem para o Patriarcado, 1732-1733: (MS 131).

Registo das Letras Apostólicas expedidas para o Patriarcado, 1733-1734: (MS 436).

Registo das Letras Apostólicas que se expedem para o Patriarcado, 1734-1735: (MS 338).

Registo das Letras Apostólicas que se expedem para o Patriarcado, 1735-1737: (MS 366).

Registo das Letras Apostólicas que se expedem para o Patriarcado, 1737-1739: (MS 326).

Registo Geral das Letras Apostólicas expedidas para o Patriarcado, 1739-1741: (MS 451).

ROIS DE CONFESSADOS

Rol de confessados de S. Julião de Frielas — século XVII-XVIII: (MS 663).

Rol de confessados do Patriarcado, 1717: (MS 335).

Rol de confessados da freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Benfica, 1713-1722: (MS 4).

Rol de confessados da freguesia de Nossa Senhora do Amparo de Benfica, 1773: (MS 11).

Rol de confessados da Santa Igreja Patriarcal, 1769-1778: (MS 517).

Rol de confessados, 1791: (MS 427).

Rol de confessados de Lisboa e Termo, 1766: (MS 657).

Livro «De statu animarum» da freguesia de Montelavar, 1819-1828: (MS 639).

MITRA PATRIARCAL

Escrituras da mitra e cabido, 1644-1838: (MS 501).

Livro da receita e despesa da Mitra do Arcebispo D. Luís de Sousa, 1687-1697: (MS 468).

Registo dos prazos da Mitra, 1697-1793: (MS 623).

Livro dos foros e obrigações da Mitra Patriarcal, 1793: (MS 437).

CAPELA REAL

Livro da receita da ouvidoria da Capela Real, 1789: (MS 385).

Recebimentos na Capela Real, 1787-1802: (MS 518).

Recebimentos na Capela Real, 1802-1830: (MS 487).

REGISTO DA CÂMARA PATRIARCAL

Registo de consultas das igrejas do Padroado Real, 1659-1674: (MS 493).

Livro de registo dos juramentos na chancelaria patriarcal, 1717-1792: (MS 618).

Registo das provisões dos Patriarcas, 1724-1823: (MS 346).

Registo de Provisões, 1731-1748: (MS 24).

Registo dos avisos da Secretaria de Estado relativos às igrejas do padroado real, 1717-1795: (MS 585).

Registo das igrejas, benefícios simples e lugares de freiras do padroado real, 1705: (MS 614).

Registo de portarias das igrejas, conezias e benefícios do padroado real, 1706-1712: (MS 610).

Registo de decretos do Patriarca de Lisboa, 1759-1800: (MS 403).

Registo das ordens que se expedem na secretaria da congregação das visitas, 1760-1771: (MS 609).

Registo das provisões e outros documentos pertencentes ao Priorado do Crato, 1797-1832: (MS 118).

Registo de decretos, economias vagas, entradas e saídas do cofre, Vigararia de Alenquer, 1812-1823: (MS 619).

REGISTO DE PATRIMÓNIOS

São 11 volumes com os processos de património relativos a ordinandos. O mais antigo é de 1627 e o mais recente é de 1791.

FRADES JERÓNIMOS

Registo do Real Mosteiro de São Jerónimo de Belém, 1691-1829: (MS 560).

Livro das Actas Capitulares da Congregação de São Jerónimo de Portugal, 1757: (MS 416).

CARMELITAS DESCALÇOS

Livro das Ordens, Decretos dos Capítulos dos Carmelitas Descalços, 1774-1832: (MS 620).

MÍNIMOS DE S. FRANCISCO DE PAULA

Assentos de profissões de religiosos Mínimos de S. Francisco de Paula, 1761-1831: (MS 489).

Registo dos sufrágios pelos religiosos Mínimos de S. Francisco de Paula, 1763-1832: (MS 491).

Assentos de profissões de religiosos Mínimos de S. Francisco de Paula, 1766-1832: (MS 488).

TRINITARIOS

Registo de definições e termos do convento da Santíssima Trindade de Santarém, 1623-1662: (MS 323).

Actas capitulares do convento da Santíssima Trindade de Lisboa, 1748: (MS 77).

Definições, actas capitulares do convento da Santíssima Trindade de Lisboa, 1803-1833: (MS 528).

HOSPITALEIROS DE S. JOÃO DE DEUS

Registo de votos dos religiosos da Província de São João de Deus, 1728-1833: (MS 452).

Livro das definições do convento de São João de Deus de Lisboa, 1780-1833: (MS 586).

AGOSTINHOS

Livro das actas do capítulo provincial — Convento da Graça de Lisboa, 1612: (MS 603).

Congregação da Índia (Estatutos, eleições...), 1632: (MS 336).

Livro da fazenda do colégio de Nossa Senhora da Graça de Coimbra, 1648: (MS 643).

Livro de registo de actas, breves, patentes tocantes a eleições, etc., 1667-1760: (MS 522).

Instituição de uma capela no colégio de Santo Agostinho por D. Cristóvão da Gama, 1686: (MS 401).

Despesas do santuário da sacristia do convento de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, 1710-1754: (MS 613).

Livro das profissões dos eremitas de Santo Agostinho, 1738-1756: (MS 615).

Livro das leis do convento de Agostinhos de Nossa Senhora da Graça de Tavira, 1766: (MS 479).

Livro das leis do convento de Nossa Senhora da Graça de Torres Vedras, 1766: (MS 413).

Livro da receita e despesa (sacristia) do convento da Graça de Lisboa, 1773-1820: (MS 582).

Livro das obrigações do colégio de Lisboa, 1783: (MS 527).

Registo geral dos breves apostólicos relativos à Congregação dos Agostinhos Descalços, 1786-1821: (MS 568).

Documentos relativos à isenção do mosteiro de São Vicente de Fora, 1796: (MS 494).

Livro das leis gerais e particulares do colégio dos Agostinhos de Lisboa, 1807: (MS 480).

FRANCISCANOS

Convento de Nossa Senhora da Caridade do Sardoal, Óbitos de seculares — século XVII?: (MS 1).

Convento do Seixo — Província da Soledade — séculos XVII-XVIII: (MS 670).

Segundo Livro dos Acórdãos da Província da Ordem Terceira da Penitência do Reino de Portugal, 1723-1777: (MS 594).

Livro das Patentes e Sentenças da Ordem Terceira da Penitência da Regular Observância, 1728: (MS 356).

Primeiro Livro do Registo da Província da Terceira Ordem da Penitência dos Reinos de Portugal, 1752-1780: (MS 598).

Registo dos Noviços do convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas, 1755-1832: (MS 617).

Assentos dos Noviços do convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas, 1756-1833: (MS 612).

Livro das Patentes do convento de Santo António da Convalescença, 1762: (MS 367).

Registo das Patentes da Província da Soledade, 1766-1792: (MS 324).

Livro das Patentes do convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, 1768-1832: (MS 587).

Livro das profissões do convento de Nossa Senhora de Jesus de Lisboa, 1773-1833: (MS 590).

Livro das Patentes da Província da Soledade, 1779-1834: (MS 569).

Livro das Patentes do convento de Santo António da Convalescença, 1779: (MS 368).

Actas capitulares da Província de Santo António, 1789: (MS 12).

Pastorais, Patentes e Cartas Circulares da Terceira Ordem de S. Francisco, 1780-1825: (MS 502).

Livro de registo do convento de Nossa Senhora de Jesus, 1781-1786: (MS 532).

Registo das Patentes, óbitos e coisas notáveis da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco, 1786-1792: (MS 595).

Registo das actas e patentes do convento de Nossa Senhora da Estrela de Marvão, 1790-1815: (MS 322).

Livro das patentes e actas da Província dos Algarves, 1790-1801: (MS 672).

Livro das Patentes do convento da Boa Hora de Lisboa, 1792: (MS 369).

Actas da Província dos Algarves, 1801-1816: (MS 61).

Livro das actas e patentes do convento de Nossa Senhora da Estrela do Marvão, 1816-1830: (MS 415).

Livro das patentes do convento de Santo António de Cascais, 1821-1833: (MS 417).

SEMINÁRIO DE SANTA CATARINA (LISBOA)

São 9 livros de receita e despesa deste seminário diocesano de Lisboa. Os anos extremos a que respeitam são 1711 e 1790.

REGISTO GERAL DA CÂMARA ECLESIASTICA DE LISBOA

Livro Antigo de Pasta — Documentos Antigos do Arcebispado de Lisboa — século XV e XVI (foi inteiramente copiado no MS 530): (MS 529).

Cópia autêntica do Livro Antigo de Pasta, feita em 1789: (MS 530).

Cópias autênticas de vários documentos da Torre do Tombo — século XVIII: (MS 500).

Cópia de vários documentos antigos — século XVIII: (MS 499).

Livro III do Registo Geral da Câmara, 1549-1567: (MS 658).

Cópia autêntica do Livro III do Registo da Câmara, feita em 1789: (MS 659).

Cópia autêntica do Livro V, 1570-1576: (MS 660).

Livro VI do Registo Geral da Câmara, 1573-1621: (MS 661).

Cópia autêntica extraída do Livro VI, 1573-1623: (MS 662).

Registo Geral da Câmara Eclesiástica, 1661-1663: (MS 439).

Registo da Câmara Patriarcal, 1663-1666: (MS 337).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1666-1672: (MS 291).

Registo Geral da Câmara Eclesiástica, 1671-1674: (MS 373).

Registo Geral da Câmara Eclesiástica, 1675-1677: (MS 430).

Livro n.º 16 da Câmara Eclesiástica, 1677: (MS 196).

Livro n.º 17 da Câmara Eclesiástica, 1689: (MS 197).

Registo Geral da Câmara Eclesiástica, 1703-1708: (MS 412).

Registo Geral da Câmara Eclesiástica, 1710-1714: (MS 409).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1714-1731: (MS 408).

Livro 1.º do Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1717-1724: (MS 423).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1726-1727: (MS 435).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1727-1732: (MS 311).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1730-1738: (MS 328).

Livro 4.º do Registo da Câmara Patriarcal, 1738-1741: (MS 583).

Registo da Câmara Patriarcal, 1739-1743: (MS 327).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1747-1749: (MS 449).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1750-1752: (MS 355).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1752-1756: (MS 360).

Registo da Câmara Patriarcal, 1756-1760: (MS 554).

Registo da Câmara Patriarcal, 1759-1814: (MS 314).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1760-1766: (MS 378).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1766-1782: (MS 377).

Registo de Provisões da Câmara Patriarcal, 1766: (MS 313).

Registo da Câmara Patriarcal, 1782-1817: (MS 298).

Registo da Câmara Patriarcal, Distribuição das Graças Apostólicas, 1812-1817: (MS 645).

Registo da Câmara Patriarcal, 1818-1833: (MS 531).

Registo Geral da Câmara Patriarcal, 1823-1833: (MS 440).

Registo de Provisões e Circulares da Provisoria do Patriarcado, 1858-1866: (MS 470).

FIANÇAS MATRIMONIAIS

Livro das Fianças, 1617: (MS 71).

Livro das Fianças, 1626-1627: (MS 666).

Livro das Fianças, 1630: (MS 58).

Livro das Fianças Matrimoniais, 1635: (MS 150).

Livro das Fianças Matrimoniais, 1640-1642: (MS 679).

Livro das Fianças, 1677-1681: (MS 448).

Livro das Fianças, 1681-1688: (MS 533).

Livro dos termos das fianças e juramento dos dizimeiros, 1749-1779: (MS 648).

Livro 6.º dos alvarás de fianças, 1765-1814: (MS 319).

DEPÓSITOS DO ORIENTE

Livro de depósitos do oriente, 1702: (MS 92).

Livro 2.º de depósitos do oriente, 1702-1703: (MS 453).

Livro de depósitos, 1712: (MS 549).

Livro de depósitos do oriente, 1712: (MS 143).

VISITAÇÕES

Este núcleo, o maior de todo o Arquivo, consta de 538 fichas. A visitação mais antiga é de Lisboa de 1596.

As visitas abrangem sobretudo os séculos XVII e XVIII e têm uma importância extraordinária para a história da Igreja de Lisboa e de todas as terras a que dizem respeito. Muitas delas contêm a descrição pormenorizada das igrejas de cada paróquia e uma notícia sobre os sacerdotes e clérigos nelas residentes.

Não damos a lista destes livros porque seria pouco prática. Teríamos de repetir sempre as mesmas palavras e acrescentar uma série de datas, sem grande proveito.

O ficheiro está ordenado por ordem alfabética de terras, e dentro destas por ordem cronológica.⁽¹²⁾

CONVENTOS DIVERSOS

Registo da profissão de noviços no convento de Nossa Senhora da Conceição de Monte Olivete, 1786-1801: (MS 523).

Registo dos Noviços do convento de Nossa Senhora do Monte Olivete, 1794-1832: (MS 497).

Óbitos do convento de S. José de Sernache do Bonjardim, 1789-1834: (MS 418).

Óbitos das religiosas do convento de Santa Apolónia de Lisboa, 1719-1860: (MS 477).

(12) O MS 148 foi publicado por nós (Cfr. *Livro dos capítulos da visita de São Tiago da Villa de Torres Novas que começa no anno de 677*, in «Lumen», t. 31 (1964) p. 528-542). Referimo-nos também a vários destes livros de visitas no estudo *Os livros das visitas paroquiais*, in «Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», vol. II, 1965, Coimbra, p. 475-484.

VÁRIA

Livro oitavo das colações da Cúria de Lisboa, 1640-1649: (MS 659).

Livro II das colações, 1770-1778: (MS 660).

Registo de missas da Irmandade do SS. Sacramento de Caneças — século XIX: (MS 661).

Acórdãos da Irmandade do SS. Sacramento de Caneças — séculos XVII e XVIII: (MS 662).

Índice de ordenações, processos «de genere» etc.: (MS 677).

Exames de clérigos, 1757-1790: (MS 473).

Vínculos instituídos por Manuel da Fonseca e Francisco da Fonseca, 1729: (MS 616).

Livro 2.º do registo dos presos no aljube, 1762-1775: (MS 649).

Relação dos presos no aljube, 1756-1762: (MS 303).

Livro dos depósitos das inquirições «de genere» da Câmara Patriarcal, 1724-1731: (MS 650).

Certidões dos párocos extraídas dos livros paroquiais para servirem no juízo da Índia e da Mina, 1764-1844: (MS 570).

Livro da distribuição de trigo e cevada no celeiro de Almargem do Bispo, 1799: (MS 115).

Livro das contas dos foreiros da Almargem do Bispo, 1793: (MS 469).

Bulas relativas às igrejas de Fontelas e Cidadelhe — século XVIII. (MS 64).

Estilos do tribunal da relação e cúria patriarcal, 1799: (MS 504)

Assentos da relação patriarcal, 1719-1874: (MS 475).

Livro dos conselhos, 1700-1762: (MS 52).

Registo das cartas do Patriarca de Lisboa, 1820: (MS 36).

Registo de alvarás reais para os mosteiros de sua apresentação, 1624: (MS 195).

Registo do provimento de benefícios da Casa de Bragança, 1739-1792: (MS 321).

Tombo da Albergaria do Espírito Santo da Vila da Castanheira (cópia de cerca de 1514/1515): (MS 395) (cofre). ⁽¹³⁾

(13) Este documento vai ser publicado por nós integralmente no t. IV da revista «Do Tempo e da História», do Centro de Estudos Históricos anexo à Faculdade de Letras de Lisboa, com o título *O Hospital da Vila da Castanheira*.

Mapa das igrejas de Lisboa, título dos párocos e por quem são apresentadas — século XVIII: (MS 357).

Memória das igrejas que se acham alienadas do padroado real, 1769: (MS 521).

Regimento para a administração dos canonicatos e benefícios da Basílica de Santa Maria, 1742: (MS 516).

Regimento para a administração da Basílica Patriarcal de Santa Maria, 1788: (MS 515).

Memórias das igrejas do arceprelado do Ribatejo e de outras do termo de Lisboa que estão à parte do oriente, 1781: (MS 513).

Sentença para título do P. João José da Costa, prior de S. Vicente do Paúl e Val de Figueira contra João de Saldanha de Oliveira, 1769-1779: (MS 483).

Títulos pertencentes à capela de João Alvares Conde, 1768-1769: (MS 472).

Sentença entre P. António José da Silva Gorjão, Procurador da Mitra e P. Bartolomeu da Cunha Barbosa e Vasconcelos, 1800: (MS 505).

Párocos: Licença de ausência da paróquia, 1749-1837: (MS 9).

Registo das várias paróquias (indica o número de fogos e de habitantes), 1778-1790: (MS 543).

Distribuição das graças apostólicas, 1817-1820: (MS 558).

Cópia de uma polémica entre o cura de Povos e Fr. Manuel de S. Boaventura sobre o poder dos bispos nas dispensas matrimoniais, 1766: (MS 588).

ISAÍAS DA ROSA PEREIRA

APÊNDICE

Texto dos 14 pergaminhos contidos na caixa n.º 8

1332, julho, 1

Carta de escambo de propriedades pertencentes à igreja de Santiago de Óbidos feita por Martim da Moita e mulher. Pergaminho (21×22).

(...) procurador de (...) igreja de Santyago (...) rraçoheiro da dicta igreja (...) e eu Affonso (...) rraçoheiros (...) da dicta igreja (...) da dicta igreja (...) [Martim] da Mouta (...) molher (...) scritta (...) sobredictos procurador e rraçoheiros damos (...) [Martim] da Mouta e a vossa molher (...) duas courelas (...) que nós avemos na (...) Perez do (...) Joham Martinz (...) Martinho filho de (...) e da outra courela (...) ávrego caminho de (...) Domingos Fernandez (...) damos a vós e outorgamos as dictas herdades em escanbho com entradas e com saídas e com (...) e sas perteecees por hũa (...) que nós vos (...) dictos Martim da Mouta e Maria Fraca (?) vossa molher dades (...) avedes no (...) Dominguez vosso ssogro da qual vinha estes ssom os termhos (...) de hereos travesia caminho (...) a soão Affonso Luis filho de Joham Durães nos (...) sobredictos Martim da Mouta e Maria Fraca (?) ssa molher e damos a vós dictos procurador e rraçoheiros de Santyago (...) outorgamos a dicta [vinha] com entradas e com saídas e com todos sseus direitos e ssas perteecees por as dictas herdades que vós (...) dictos procurador e rraçoheiros de Santyago dades e vós sobredictos procurador e rraçoheiros de Santyago (...) Martim da Mouta e (...) Maria Fraca (?) ssa molher louvamos e outorgamos as dictas cousas e obrigamos nos hũus outros a defendê-lo o dicto escanbho so pena de dobro e (...) dictos procurador e rraçoheiros metemos aos dicto Martim da Mouta e Maria Fraca (?) vossa molher em corporal possisom per [terra] e per torrão (?) e eu

Martim da Mouta e eu Maria Fraca (?) ssa molher metemos vos dictos procurador e rraçoeiros em corporal posissom da dicta vinha per terra e per cepas. E porem rogamos vos Stevam Giraldez tabeliom (...) que nos façades ende ssenhas cartas de hũu (...) Feito em Obidos primeiro de julho, era de mil trezentos e sseteenta annos (...) e outros e eu Stevam Giraldez tabeliom d Obidos estas duas (...) hũu teor (...) signal pugi que tal (*sinal do tabelião*) he.

(*Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 1*)

1343, maio, 10

Pública forma de uma cláusula de testamento de João Domingues, de A-dos-Negros, datado de 15 de novembro de 1341, que inclui o legado de uma vinha à igreja de S. Pedro de Obidos com o encargo de um aniversário. Pergaminho (15,5×20).

Sabham todos que na era de mill e trezentos e oitenta e hũu anos, dez dias de maiio, em Obidos em no adro de Sancta Maria, perante Christovam Martim Loureiro vigaiiro en na dita vila pelo honrrado Padre e Senhor Dom Vaasco pela graça de Deus e da Sancta Eigreja de Roma bispo de Lixboa, em presença de mim Lourenço Dominguez publico tabelliom del Rei em na dita vila d Obidos e das testemunhas adeante escritas Christovam Bernaldez alfaiate mostrou e por mim dito tabelliom ler fez hũu testamento que falava que era de Joham Dominguez da dos Negros, o qual contava que fora fecto quinze dias de novembro era de satenta e nove anos, no qual testamento siam por testemunhas Martim Annes clerigo seu abbade, Affonso Martins e Vicente Iohanis, Stevam Martinz Loureiro, Vicente Pirez, rraçoeiros de Sam Pedro, Stevam Martinz da dos Negros, no qual testamento era contheudo hũa clausula da qual o teor tal he: «Item mando aa egreja de Sam Pedro a minha vinha que foi de Joham Rei que jaz em quarta (?) à azenha que foi de Joham Vivas per meu aniversairo e de minha molher, com tal condiçom que a dita minha molher a tenha em sa vida e dê em cada hũu ano aa dita eigreja viinte soldos por meu aniversairo e seu, e a ssa morte mando que fique a meus filhos e paguem estes viinte soldos, e se a nom quiserem mando aos ditos clerigos que tomem a dita vinha com toda sa benfeitoria e façam o dito aniversairo.»

A qual clausula perleuda, Affonso Annes de Lixboa prioste da dita egreja pedio ao dito vigaiiro que per sa autoridade mandase a mim dito tabelliom que lhe desse ende o trelado em publica forma, e o dito vigaiiro mandou a mim dito tabelliom per sa autoridade que lho desse.

Fecto em Obidos no dia e era sobre ditos.

Testemunhas Martim Martinz, Lourenço Annes de Leiria, rraçoeiros de Santa Maria, Lourenço Stevez, Pedro (...) e Stevam Bernaldez e outros. E eu sobre dito tabelliom per mandado e per autoridade do dito vigaiiro e (...) do dito prioste este estromento com o teor da dita clausula escrevi (...) este meu signal pugi que tal (*signal do tabelião*) he.

(*Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 2*)

1349, Maio

Pública forma de duas cláusulas do testamento de (...) Gomes a favor da igreja de Santiago de Óbidos. Pergaminho (8x24,5).

(...) todos que na era de mil e trezentos e oiteenta e ssete anos (...) dias de maio em Obidos ante (?) a porta principal da egreja (...) Joham (...) dito da (...) testamenteiro de (...) Gomez (...) rraçoeiro que ffoi (...) egreja de Santiago da dita vila segundo (...) do dito (...) Gomez per Stevam Annes vigaiiro geeral de Dom Teobaldo bispo de Lixboa scripto em purgaminho e ffecto e asinaado per (...) e per mim dito tabelliom leer fez duas clausulas conteudas no dito testamento das quaes (...) cada hũa o teor tal he (...) vinha de Rabo Danguia que a leixava por aniversario (...) as quaes clasulas asii mostradas leudas Joham Vicente (?) clerigo rraçoeiro (...) egreja que lhe dese o trelado das ditas clausas em publica fforma (...) meu sinal e eu lhe dei ffecto do dia e era logo (...) vila Joham Annes sseu homem (...) clerigo rraçoeiro da egreja de Samhoanne da dita vila Domingos Durães criado (...) tabelliom pedir ao dito (...) este stromento com o trelado das ditas clausulas screvii e em el meu sinal ffiz que tal (*signal do tabelião*) [he].

(*Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 3*)

1350, Outubro, 25

Doação à igreja de Santiago de Obidos de uma casa térrea com o pomar anexo, feita por João Anes, contador de el rei e prior de Santiago de Abrantes, com o encargo de certos aniversários contidos noutro instrumento. Pergaminho (18×33).

Sabham todos que eu Joham Annes contador del Rei e priol [da igreja] de Santiago d Avrantes dou em doaçom (...) deste dia pera todo sempre em maneira que nunca a possa rrevogar aa eg[reja de] Santiago d Obidos onde eu fui rraçoeiro hūas cassas terreas com seu virgeu e com todos seus di[reitos] e [pertença]s que eu ei em Leirea na f[regue]sia de Sam Pedro juntas com o paço del Rei, e partem com o muro da hūa parte e cum rrua publica da outra (...) dou aa dicta igreja as dictas cassas [com todas suas] entradas e ssaidas e com todos seus direitos e pertenças por (?) aniverssairos que me o vigaiiro e rraçoeiros da dicta igreja ham de ffazer em cada hūo ano pera todo sempre ssegundo he conteudo em hūo stromento que ende (?) (...) tenho sinado e outorgo que os vigaiiro e rraçoeiros da dicta igreja ajam as dictas cassas com seu virgeu para a dicta igreja e ffaçam delas e com elas todo aquillo que a eles prover (...) de propria possissam da dicta igreja. E porque eu ssão embargado em serviço del Reii que tenho per tal guissa que nom posso agora chegar à dicta villa de Leirea pera meter em posse e em corporal possissam das dictas cassas e virgeu os dictos vigaiiro e rraçoeiros seu procurador ou procuradores pera (...) igreja (...) [procura]dores avondo ser assi como melhor e mais compridamente podem e devem seer (...) Perez (?) e Vicente Annes filho de Joham Calaço e (...) a posse acabar (?) aos (...) dou comprido poder que por mim e em meu nome (...) em posse e em corporal possissam os dictos vigaiiro e rraçoeiros ou sseu procurador ou procuradores das dictas cassas e virgeu com todos seus direitos e pertenças que aas dictas cassas perteençe (...) ei por ffirmme e por stavel quem quer que polos dictos meus procurador ou procuradores ffor ffecto e dicto e procurado e per esta carta meto em posse e em corporal possissam os dictos vigaiiro e rraçoeiros das dictas cassas e virgeu.

Fecta ffoi esta carta em Lixboa no paaço (?) das (...), viinte e cinco dias doutubro era de mil e trezentos e oiteenta e oito anos. Testemunhas Johaneannes dicto Galteiro sobrinho do dicto Johaneannes e

Vaassco Gonçalves jenro de Staço Annes (...) Alhandra e Affonso Viçente e Staço Annes morador em Lixboa e Affonso André e outros. E eu Marcos (?) Migueez scrivam jurado dado per el Rei (...) de Lixboa que com el a esto presente ffui e per seu mandado sto (?) screvi. E eu Joham Lourenço tabelliom de Lixboa que a esto presente ffui (...) e em ela meu ssinal ffiz que tal (*sinhal do tabelião*) he. Pg. VIIIº ssoldos.

(*Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 4*)

1358, Dezembro, 27

Carta de emprazamento de uma casa e de uma vinha, outorgada pelo prior e raçoeiros de S. Pedro de Obidos a João Lionar e sua mulher pelo preço de cinco soldos pela casa e dez pela vinha. Pergaminho (17,5×18,5).

Sabham quantos esta carta denprazamento virem como eu Stevam Gomez clerigo priol da igreja de Sam Pedro d Obidos e eu Staço Annes clerigo prioste e rraçoeiro rresidente na dicta igreja e Dominge Annes clerigo outrossi rresidente na dicta igreja enprazamos a vós Joham Lionar Dominguez morador na dicta vila e a vossa molher Maria Martinz hũa casa que a dicta igreja há na dicta vila que parte com vós dicto Joham Lionar Dominguez e com a dicta vosa molher de duas partes e da outra (...), a qual casa aa dicta igreja leixou Johane Meendy avoo de vós dicta Maria Martinz e hũa vinha que a dicta igreja há em logo que chamam o Moinho de (...) que parte com Stevam Fernandez (?) dũa parte e da outra com erdades que fforom de Joham (...) e da outra com o dicto Joham Lionar Dominguez, enprazamos a vós a dicta casa e vinha por esta gisa que vós dicto Joham Lionar Dominguez e a dicta vosa molher ajades a dicta casa e vinha em vossas vidas e depós vosas mortes ficarem a hũa pessoa qual vós quiserdes e vós e a dicta pessoa devedes de dar aa dicta igreja em cada hũu ano convem a ssaber çinquo ssoldos pola dicta casa pera (...) por dia de Pascoa e dez ssoldos polla dicta vinha por dia de Natal, e pasadas as sobre dictas pesoas a dicta casa e vinha fficar aa dicta igreja com toda sa benfeitoria e que vos posamos costranger per sentença da Sancta Igreja pollos dictos dinheiros, e eu dicto Joham Lionar Dominguez por mim e pollas dictas pesoas tomo a dicta casa e vinha polla gissa que dicto he e so as condições ssuso dictas

e obrigo (...) per todos meus bẽes avudos e por aver a comprir todas as sobre dictas cousas e cada hũa dellas. E em testemunho desto nós sobre dictos priol e rraçoeiros e eu dicto Joham Lionar Dominguez outorgamos e mandamos seer ffectas duas cartas.

Fecto em Obidos viinte e sete dias de dezembro era de mil e trezentos e noveenta e seis anos. Testemunhas Gonçale Annes clerigo e Vicente Affonso Annes do Peral e Pedro Dominguez clerigo do Peral e Pedro Affonso clerigo e outros e eu Stevam Dominguez tabaliom da Rainha na dicta Vila que a esto presente ffui e a (...) per mandado e outorgamento dos sobre dictos esta carta e outra tal anbas dũu teor (...) per o dicto Joham Lionar Dominguez escrevi e aqui meu sinal ffiz que tal (*signal do tabelião*) he. Pg. quatro ssoldos.

(*Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 5*)

1364, fevereiro, 11

Carta de emprazamento de uma casa, outorgada pelo prior e rraçoeiros de Santa Maria e de S. Pedro de Obidos a favor de Afonso Martins e sua mulher pelo preço de cinco soldos para cada uma das ditas igrejas. Pergaminho (19,5×18).

Sabham todos quantos este estromento demprazamento virem que nós Domingue Anes priol da egreja de Santa Maria d Obidos e Joham Lourenço prioste da dicta egreja e Staço Anes rraçoeiro da dicta egreja de Sam Pedro da dicta villa e Pedro Affonso rraçoeyro e prioste da dicta egreja e Domingue Anes rraçoeiro da dicta egreja emprazamos a vós Affonso Martinz morador em a dicta villa e a vossa molher e a hũa pessoa qual o postumeiro de vós morer nomear ao dia de sa morte hũa cassa que as dictas egrejas am em a dicta villa a qual cassa leixou Maria Roiz por aniverssairo aas dictas egrejas da qual estes ssom os termhos da hũa parte ruua e da outra com cassas que fforom do Sarilho que ssom aniverssairo da dicta egreja de Santa Maria e da outra parte com cassas que fforom de Maria Roiz, sso tal preito e condiçom que vós e a dicta pessoa que assi nomeardes dedes em cada hũ ano por dia de Natal dez ssoldos aas dictas egrejas convem a ssaber os çinco ssoldos aa egreja de Santa Maria e os çinco ssoldos aa dicta egreja de Sam Pedro e vós e a dicta pessoa que assi nomeardes adubardes a dicta cassa de todo

aquelle que hi comprir e depois de vossa morte e de vossa molher e pessoa ficar a dicta cassa issentadamente aas dictas egrejas come ssa propria coussa e nom adubando vós a dicta cassa como dicto he que nós ssobre dictos possamos tomar a dicta cassa pera as dictas egrejas com toda ssa bemffeição e pagardes pera as dictas egrejas de pena e em nome de pena cincoenta libras e nós ssobre dictos rraçoeiros e priostes nos obrigamos a volla deffender e emparar de quem quer que volla demandar ou embargar quisser sso a dicta pena sobre dicta so obrigamento dos bẽes das dictas egrejas, e eu sobre dicto Affonso Martinz tomo e rreço em mim e por mim e de mha molher e pessoa a dicta cassa sso as claussulas e condições ssusso dictas e obrigo me às manter e guardar sso obrigamento de todos meus bẽes que pera esto obrigo.

Fecta a carta em Obidos onze dias do mes de ffevreiro era de mil e quatroçentos e dous anos. Testemunhas Gonçalo Perez, Stevam Estevez do Cadaval, Domingos Lourenço, Pedro Fernandez ffilho de Vaasco Gill e outros, e eu (...) Estevez tabelliom por nosso senhor el Rei em a dicta villa que com as dictas testemunhas a esto pressente ffui e ao pedir das dictas partes este estromento escrevi e aqui meu ssinal ffiz que tal, antrelinhei ali hu diz «sso obrigamento dos bẽes das dictas egrejas», (*signal do tabelião*) he. Pg. quatro ssoldos.

(Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 6)

[Fins do séc. XIV], março, 15

Instrumento de posse de duas courelas de vinha (que tinha ameixeiras e pessegueiros), a favor da igreja de Santiago de Obidos. Pergaminho (29×17).

Sabham todos que na era de mil e quatrocentos (...), quinze dias do mes de março em hũas vinhas que estam (...) da villa dObidos em logo que chamam a Padrynha es (...) logo Estaço Dominguez clerigo de mysa e rraçoeyro da igreja de Samtiago da dita villa e prioste da dita igreja estando o dito Estaço Dominguez no dito logo em presença de mym Philipe Martinz tabaliom da Raynha na dita villa d Obidos (...) tas o dito Estaço Dominguez dise que el come prioste que era da dita igreja de Samtiago tomava pose e corporal posisom em nome da dita igreja de duas courellas de vinhas que estavam no dito logo de Padry-

nha em hũu çarado em que o sobre dito estava as quaes vinhas eram da dita igreja de Samtiago as quaes vinhas ora trazia Estevom Perez de Leirea e que ho dito Estevom Perez leixava as ditas vinhas agora à dita igreja sem outra contenda nehũa que seja e que outrosy por mais (...) que o dito Estevom Perez mandava (...) que ora adubava as ditas vinhas que as leixase à dita igreja, e logo ho dito Estaço Dominguez come prioste da dita igreja tomou pose das ditas duas vinhas com Joham Giãez priol de (...) rraçoeyro da dita igreja de Samtiago, a qual pose o dito Estaço Dominguez tomou per terra e erva e çepas e arvores as quaes vinhas estavam anbas em chaves (?) em nas quaes estavam amey-xeciras e pesegeyros e outras arvores e o dito Estaço Dominguez pidio a mym sobre dito tabaliom que de como el tomava a dita posse que lhe dese asy hũu estromento per a dita igreja.

Testemunhas que presente estavam (...) Joham Giãez e Joham Cabaço (...) e eu Philipe Martinz tabaliom da Raynha na dita villa d Obidos que este estromento (...), dia, logo e mes [e era so]bre dita e em elle meu sygnal fiz que tal (*signal do tabelião*) [he].

(*Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 7*)

1406, setembro, 3

Instrumento de renúncia de uma vinha, que trazia Fernande Anes, a favor da igreja de Santiago de Óbidos. Pergaminho (18×21,5).

Sabham quantos este [stromento] virem que [na] era de mil e quatrocentos quarenta e quatro annos, tres dias de setenbro, em Obidos nas pousadas do prior de Santiago da dicta vila que stam na cerca velha (...) no alpendar que stá no quintal (...) em presença de mim Stevam Annes, tabeliom [por] nossa senhora a Reynha na dicta vila, e testemunhas adeante scriptos pareceo Fernandeannes morador [na] Cabronceira (?) termho da dicta vila e disse que el tragia hũa vinha que he acerca do Carvalhal termho da dicta vila em logo que chamam o Peego [a qual] vinha leixara aa igreja do dicto logo do Carvalhal Branca Loureda e que porque (...) longe dhu a dicta vinha era e a nom podia adubar nem aprof-
feitar que [renun]ciava todo o direito que em ela avia e a leixava aa dicta igreja a que a dicta vinha [fora] leixada por aniversario e que requeria a Gonçalo Rodriguez prior da dicta igreja de Santiago a que

a dicta igreja do dicto logo do Carvalhal era soffreganha que daqui em diante a fizesse adubar e aprofitear em nome da dicta igreja (...) el nom a queria mais (...) e o dicto prior recebeo logo em sy a dicta renuncia em assy fazer da dicta vinha em nome da dicta igreja per a igreja que era dicto polo dicto Fernandeannes (...) logo a mim dicto tabeliom que lhe desse (...) assy hũu stromento da dicta renunciaçom e eu dicto tabeliom lho dey. Testemunhas: Fernandeannes (...) e Fernandeannes filho de Joham Martinz do Carvalhal sobre dicto termho da dicta (...) Annes filho de Joham Bertolameu morador na dicta (...) eu sobre dicto tabeliom que este stromento screpvi e aqui em el meu [signal] fiz que tal (sinal do tabelião) he.

(Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 8)

1409, fevereiro, 5

Carta de Martim Lourenço, prior de Santiago de Lisboa, escolar em direito canónico e vigário do arcebispo D. João Esteves de Azambuja, determinando que os paroquianos de Santiago de Obidos ouçam missa e horas canónicas na igreja paroquial e não nas capelas de S. Tomé de Montejunto, de São Salvador do Bombarral, de Santa Maria de Vidais e de Santa Maria da Roliça. Os capelães destas capelas não consintam que os fregueses de Santiago nelas ouçam missa nos domingos e festas. Admoesta os fregueses que assim o cumpram sob pena de excomunhão. Exceptua os casos de necessidade, como são bodas, baptismos e romarias. Pergaminho (31×30).

Martim Lourenço prior da igreja de Sanctiago de Lixboa, scollar en direito canonico e vigairo do honrrado Padre e Senhor dom Joham per merçee de Deus e da Sancta [Igreja de Roma] arçebispo dessa meesma, a vós Joham Afonso clerigo de missa capellam [da] hermidia e capella de Sam Thomé de Montejunto subjecta aa igreja de S[anctiago da] villa d Obidos logar do dicto arçebispado, e a vós Lourençeannes outrossi [capellam] da cap[ella] de Sam Salvador de Bombarral, e a vós Martim Annes ca[pellam da ca]pella [de sancta] Maria dos Vidaaes sobjectas aa igreja de Sam Joham de Mocharro setuada na dicta villa, e a vós Affonso de Çamora capellam da e[greja de] sancta Maria a Virgem

de Roariça outrossi subjecta aa egreja de sam (...) de Obidos, e a cada hũu de vós a que esta carta for mostrada saude [en Jhesu] Christo.

Sabede que Alvaro Gonçalvez rraçoeyro e prioste e procurador da egreja de Sanctiago dessa meesma vi[lla d Obidos] me disse que a dicta egreja de [Sanctia]go há çerta freeguesia e limites en que moram e vivem seus freegueses e que vós e cada hũu de vós em essas hermidas e capellas consstentides e dades logar aos dictos seus freegueses sem direito e como [nom] devedes em prejuizo da dicta egreja de cuja parochia som que ouçam como [ouvem] continuoadamente em essas capellas de que s[edes?] capellãaes as missas e outras oras canonicas aos domingos e festas husurpando vós em ello o direito da [dicta] egreja [nom?] nos enviando nem querendo envyar aa dicta egreja (...) capellas dela pera as dictas missas e oras ouvirem em ela ou en nas capellas [della?] aos dictos dias e festas como seus freegueses que som como dicto he, e pediam [me] que a ello lhe ouvesse algũ rremedio com direito.

[E] eu [vendo] o que me dezia e pedia e porque todo christão de (...) do de ouvir missas e ora canonicas aos domingos e festas nas egrejas de [cuja paro]chia som, porem (...) carta for mostrada e aos outros capellãaes que nos tempos forem em (...) capellas e em cada hũa dellas (...) do dia que (...) esta carta for leuda e publicada (...) della notiça ouver (...) dhi endeante nam consenta[des nem] dedes logar em essas capellas a nemhũs freegueses da dicta egreja (...) que em elas ouçam missas aos dictos dias nem outrem (...) salvo em a dicta egreja dhonde assi freegueses som, e os esquivedes (?) [e] enviedes a ella ou aas dictas capellas que (...) aa dicta egreja.

E per esta presente letra outrossi mando e deffendo aos (...) som(?) freegueses e a cada hũu delles amoestandos (...) en forma da Sancta Egreja a primeira vez, segunda e terceyra dando lhes por [cada] hũa amoestação dous dias, que do dia que lhes esta carta for leuda e publicada ou dela notiça ouverem a seis dias primeiros seguintes que lhes assigno por todas tres canonicas amoestações que dhi endeante vão continuoadamente ouvyr missas e oras aa dicta [egrej]a de Sanctiago ou aas suas capellas que subjectas forem aa dicta egreja de Sanctiago, e esto se entenda aos freegueses que mais alongados viverem (?) (...) e nom aos que (...) morarem que sem trabalho aos dictos dias podem yr aa dicta egreja ouvyr o divinal offiçio e rreçeber os outros ecclesiasticos sacramentos como devem e som theudos e nom vão ouvir as [dictas mi]ssas aas dictas capellas subjectas a outras egrejas de que nom som

freegueses nem a cada hũa dellas, salvo se for per algũa necessidade assi de vodas ou bautismos ou rromarias. E passado o dicto tempo nom o fazendo eles ou cada hũu delles assi e fazendo o contrairo, eu ponho em elles sentença dexcomunhom em estes scriptos.

E pera sse algũus nom poderem scusar per ignorância desta carta, mando a qualquer clerigo da dicta çidade e arçebispado a que for mostrada em virtude de obedeença e [sob] pena descomunhom que a leam e publiquem aos domingos e festas e nos outros dias que virem que compre.

Dante na dicta çidade de Lixboa, çinquo dias de fevereyro, Joham Gonçalvez a ffez, era do anno da encarnação do nosso Salvador Jhesu Christo de mill e IIII^o. e oyto annos.

Martim Lourenço

Pg. XIX rreaes.

(Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 9)

1428, outubro, 10

Emprazamento de umas casas com seu alpendre e laranjeiras, em Obidos, pelo prior e raçoeiros de S. Pedro de Obidos, a João Vasques, tabelião na dita vila, pela pensão anual de 50 reais brancos, «desta moeda corrente». Pergaminho (34,5×18).

Sabham quantos este estromento de enprazamento virem como eu Lourenço Martinz prior da egreja de Sam Pedro d Obidos e Lourenço Gill e Pero do Bairro e Alvaro Eannes rraçoeiros presentes na dicta egreja e o dicto Alvaro Eannes como prioste pollos outros rraçoeiros aussentes, consyrando o servyço de Deus e prol e honrra da dicta egreja enplazamos a vós Joham Vaasquez tabaliam [em] a dicta villa d Obidos hũas casas com sseu alpendre e lorangeeras (...) há na dicta villa, que partem da travessya com casas (...) pardieeiros d Alcobaça e de ssoam com muro e avrego com outra casa (...) egreja, ho quall enprazamento nós vos fazemos das dictas casas em (...) vida, sso tall preito e condiçom que vós ben e ffielmente adubedes e corregades as dictas casas de todollos adubios que lhes comprir e ffizerem mester em tall gisa que ssejon melhoradas e nom pejoradas e dedes de penssom à dicta egreja e beneficia-dos della cynquoenta rreaes brancos desta moeda corrente em cada hũu

ano por dia de Natall e ffezerdes a primeira paga deste Natall que à de vir que será da era do naçymento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e vinte e nove annos a hũu ano que será trinta anos e dy em deante em cada hũu ano a dicta contia pollo dicto dia de Natall (...) disse e deu em ffe Affonso Annes pregoeiro da dicta villa que trouxera a dicta (...) dictas casas em pregam per mandado do dicto prior e rraçoeiros e prioste per (...) de dous e tres meses e que nom achara quem mais lançasse nem tanto (...) Vaasquez que lançara os dictos cynquenta rreaes como dicto he, e o dicto Joham Vasq[uez] a esto presente filhou e rreçbeo en ssy o dicto enplazamento polla gisa que dicto he e sse hobrigou per todos sseus bẽes adubar e corregger as dictas casas pella gisa que dicto he e a pagar a dicta penssom aos dictos tenpos como dicto he e nom o ffazendo assy que page à dicta egreja e beneffiçados della todallas perdas e danos que por ello rreçberem, e o dicto prior, rraçoeiros e prioste obrigaram os bẽes da dicta egreja a lhe deffenderem e manteerem o dicto enplazamento polla gisa que dicto he e nom lho deffendendo e manteendo que paguem ao dicto Joham Vaasquez todallas perdas e danos que por ello rreceber e pidiam por merçee ha sseu senhor o arcebispo e a sseus logo teentes que lhe confirme o dicto plazo per ssua (...) ssobre dictos assy o louvarem e outorgarom polla gisa que ssuso dicto he (...) assy ser ffectos ssenhos estromentos que fforam ffectos e outorgados na (...) alpendre da dicta egreja, dez dias do mes de oytubro ano do naçymento de [Nosso] Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e vynte e oyto annos. Testemunhas o dicto prior e rraçoeiros Stevam Lourenço thesoureiro da dicta egreja e Pero Alvarez e Martim Dominguez çapateiro e Affonso Estevez e Affonso Annes pregoeiro e Stevam Pirez filho de Pero do Bairro (...) na dicta villa (...) e eu ssobre dicto Joham Vasquez tabaliam que este estromento pera a dicta egreja escrepvi e em elle meu ssynall ffiz que tall (*senal do tabelião*) he.

(*Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 10*)

1447, maio, 18

Sentença contra Beatriz Esteves que estava de posse de uma vinha da igreja de Santiago de Obidos e não pagava os foros. Pergaminho (22×30,5).

Sejam certos os a presente sentença tirada de processo virem como no anno do nacimiento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill III^o. R VII annos, desoito dias do mes de maio da dicta era, ssendo onrado Alvaro Annes prior d Aldea Gallega e vigairo por o Senhor Cardeall fazendo audiencia perante ele em juizo pareceo Antonio Fernandez beneficiado em a igreja de Santiago da dicta villa e prioste em ella o presente anno, o quall tinha çitada per a dicta audiencia perante elle vigairo a Briatz Estevez morador no Soverall da Lagoa termo desta mesma contra a quall por assy ser çitada ofereceo hũa pitiçam em seu nome e do prior e beneficiados da dicta igreja dizendo em ella que era verdade que ella andava de posse de hũa vinha que a dicta igreja avia na Rebeira de Cotem (?) termo desta mesma a quall trouxera Esteve Annes seu pay e que avia certos annos que lhe nom pagara o foro e direito della e que a vinha se hia a perder, que pidia a elle vigairo que julgase a dicta vinha à dicta igreja com os foros que ficava devendo com a quall pitiçam e pititorio elle vigairo mandou que fose atendida até primeira audiencia. E despois destos II dias do mes de junho da dicta era em a audiencia perante o dicto vigairo pareceo a dicta rre à quall eu scripvam abaixo nomeado proviquei a dicta pitiçam e ella deu em resposta que todo era verdade que ella por descarguo de sua consciencia leixava a dicta vinha à dicta igreja e que pidia que ouvesem com ella piadade por os foros que nam pagara, e vendo o dicto prioste assy todo elle a prazer dos (...) beneficiados rrecebeo em sy a dicta encaupaçam e por os foros ella dicta rre lhe deu perante mym scripvam seus rreaes (?) (...), os quaes elle prioste loguo rrecebeo per (...) e visto todo per elle vigairo e em como ella encaupava a dicta vinha (...) do dicto prioste lha julgou e ouve por julgada per sua sentença de que ella rre aprove e o dicto prioste pidio a mim scripvam que lhe fisesse em este pergaminho pera lançar (?) narca (?) da dicta igreja, e o dicto vigairo lha mandou dar, a

quall eu Diogo de Freitas scripvam tirey dos dictos autos os XXVI dias do mes de junho da dicta era e por verdade asynei aqui.

Diogo de Freitas

Pg. XX rreaes

Alvarus Johannes prior

(Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 11)

1455, janeiro, 24

Pública forma de um instrumento de arrendamento de duas courelas de vinha e um chão, feito em 23 de fevereiro de 1406, em que foram outorgantes o prior e prioste da igreja de Santiago de Obidos, a favor de Vicente Lourenço, raçoeiro da mesma igreja, e mais duas pessoas a indicar por ele, com o foro de terço e dizimo para a dita igreja. Pergaminho (29×35).

JHESU

Em nome de Deus. Amen.

Saibam todos quantos este esstomento em puprica fforma per (...) de justiça virem como em no ano do nascimento de Noso Senhor Jhesu Christo de mill e IIIIº. LV anos, a viinte e quatro dias do mes de janeiro em a villa d Obidos na Rua Dereyta ante as portas das casas da morada de Ruy Vaaz juiz ordinairo em a dicta villa estando hi o dicto juiz e em pressença de my tabaliam e testemunhas ao diante nomeadas parecerom hi Pedre Annes prioll de Santiago da dicta villa e Pedro Annes vigayro de Sam Joham e benefiçado na dicta egreja de Santiago e pressentaram ao dicto juiz e ller e pobricar ffezeram hñu estromento darrendamento escrito em purgaminho que parecia ser fecto per Joham Dominguez tabaliam em a dicta villa. O quall esstromento asy apresentado e leudo pobrycado como dicto he, pollos sobredictos foy dicto ao dicto juiz que lhe mandase dar o trellado do dicto esstromento em puprica fforma, e o dicto juiz visto seu dezer e pidir mandou a my tabaliam que lhe dese o trellado em puprica fforma, o quall he este que se sege:

Em nome de Deus. Amen.

Saibam quantos este estromento denprazamento virem que eu Gonçalo Fernandez prioll da egreja de Santiago d Obidos e eu Estaço Dominguez rraçoeiro e prioste pollos rraçoeiros ausentes veendo e consy-

rando serviço de Deus e proll e onrra da dicta egreja enprazamos a vós Vicente Lourenço rraçoeiro dessa meesma egreja e de duas persoas quaees vós nomeardes ao tenpo da vosa morte duas courellas de vinhas que a dicta egreja há hũa no Souto e outra na Broynheyra e hũu chãao no Souto, que parte com a vinha do Souto e com caminho e com Fernandeannes e o chãao parte com Pedro do Baarro e com Joham Dominguez tosador e a vinha da Broynheira que soya trager Stevam Gonçalvez, so tall preito e condiçam que vós e as dictas persoas adubedes as dictas vinhas de todos seus adobios que lhe conpirem e fazerem mester, e dedes em cada hũu ano à dicta egreja o terço e o dizimo e o chãao daredes ffecto em vinha ataa sete annos e nom ser em vinha que seja visto per omões bõos e quanto ffor achado que seja dar em çerto que tanto vos seja descontado da nosa rraçam, e nom adubando vós as dictas vinhas nem aproveitando como dicto he que a dicta egreja vallas posa tomar com todas sas bemfeitorias. E eu dicto Vicente Lourenço por my e por as dictas persoas filho e rreço em mym o dicto enprazamento como dicto he so obrigamento de todos meus bẽes que pera esto obrigo, e nós dictos prioll e rraçoeiros nos obrigamos per os bẽes da dicta egreja a vallas defender de quem quer que vallas embargar quyser sobrigamento dos bẽes da dicta egreja que pera esto obrigamos e pidimos por merçee a nosso senhor o arçebispo que nos dê dello carta de confirmaçam ca nós o avemos por proll e serviço da dicta egreja. E em testemoinho desto mandamos ende ser feitos dous estromentos. Fectos foram no coró da dicta egreja, vinte e tres dias de fevereiro, era de mill e IIIIº. R IIIIº anos. Testemunhas Joham (...) e Joham Estevez e Joham de Santarem e outros e eu Joham Dominguez tabaliam da Rainha na dicta villa que este estromento e (...) per mynhãao puprica escrevy per mandado e outorgamento dos sobre dictos e aquy meu sinal fiz que tall he.

E logo (...) prioll e rraçoeiro pidirom o dicto estromento do dicto trellado e o dicto juiz lho mandou dar. Testemunhas que presentes es[tavam] (...) Cotrym almoxarife da Senhora Rainha e Pedro Afonso do Valle, Gill Gonçalvez de Cornaagra e Lope Annes de Bonbarrall todo termo da (...) e outros. E eu Fernam Vaaz do Rego escudeiro e puprico tabaliam por a Senhora Rainha em a dicta vila que este estromento per mandado do dicto [juiz] pera os sobre dictos escrevy e aquy meu sinall fiz que tall he, (*sinal do tabelião*). Pg. XX rreaes.

(*Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 12*)

1461, dezembro, 23

Carta de escambo de um chão pertencente à igreja de Santiago de Obidos, por dois chãos de Vaz Lourenço Roiz e Inês Dias sua mulher. Pergaminho (43×18).

JHESU

Saibham quantos este stromento e carta descanbo virem como eu Pedro Annes vigairo de Sam Joham de Mocharo da villa d Obidos em nome de Estevam Gill que ora he prioll da igreja de Sanctyago desta messma que me pera ello tem dado todo sseu cargo como benefiçado da dicta igreja de Sanctiiago e Vasco Vicente e Joham Annes em nome della (...) sseu irmão (?) outrossy benefiçados em a dicta igreja e Stevam Lourenço outrossy rraçoeiro e prioste (...) rraçoeiros aussentes a esto pressentes em nossos nomes e da dicta igreja de Sanctiiago e do dicto prioll e por o ssyntyrmos assy por proll da dicta igreja e prioll e rraçoeiros aussentes e pressentes todos juntamente e cada hũu por sy damos em escanbo em nome descanbo a Vaz Lourenço Roiz escudeiro e a Ines Diaz vossa molher moradores na dicta villa hũu chão que jaz em mato que a dicta igreja e prioll e benefiçados assy os pressentes como o dicto prioste em sseu nome e dos rraçoeiros aussentes que elles avyam onde chamom Tapa Rigeiras assy como parte davrego com Ruy Lourenço almoxariffe del Rey, de ssoam e travessya convosco dicto Lourenço Roiz e ssua molher e dagyam com pinhall e com outros com que de direito deve partir, damos a vós o dicto chãao com sseu mato e com todas ssuas emtradas e ssaidas e direitos e pertençaas fforo issento. Eu dicto Lourenço Roiz e Ines Diaz ssua molher damos aa dicta igreja de Santiiago e prioll e benefiçados que ora em ella ssom e pollos tempos fforem em ella em escanbo e em nome descanbo por o que nos assy dades hũu chãao que nós avemos a ssob a pena, e parte de travessya com Vasco Gill e de ssoam Diogo Gill e dagyam com Joham Dourem e davrego com Rigeira e com outros, e mais vos damos em o dicto escanbo outro chãao que nós avemos onde chamam Abegoa assy como parte com Fernam Martinz ffilho de Martim Giãz (?) davrego e de travessya e dagyam com caminhos pupricos e de ssoam com Arriffe e com outros com que de direito devem partir; damos hũus aos outros e os outros em os dictos escanbos e por escanbar o que dicto he com todas

ssuas emtras e ssaidas e direitos e pertenças fforos issentos o que assy damos hũus aos outros e fficamos obrigados hũus [aos outros] a vos livrar e deffender e emparar o que nós assy damos em os dictos escanbos em juizo e ffora delle de quem quer que nолhos quiseer embargar ou demandar ssob pena de volho compoermos em dobro com todas ssuas bemfeytorias o que assy damos em o dicto escanbo e por escanbo ssob obrigamento dos bẽes e rrendas de sseus beneffeicios e da dicta egreja que os dictos beneffeiciados pera esto obrigarom. E o dicto Lourenço Roiz e ssua molher obrygarom o sseus e per este stromento metemos hũus os outros em posse corporall e rreal (...) possyssam do que lhe assy damos em o dicto escanbo e por escanbo, e pidirom ssenhos estromentos que fforam ffectos em a villa d Obidos aos vinte e tres dias do mes de desembro anno do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e quatroçentos e ssassenta e hũu annos. Testemunhas pressente fforam os dictos beneffeiciados que aqui assynarom per ssuas mãaos. A nota (...) nam sseja duvida na antrelinha onde diz «hũu» que eu tabaliam a ffiz por ffazer verdade. ^(a)

E logo no dicto dia na dicta villa à porta das cassas do dicto Lourenço Roiz estando hii a dicta Ines Diaz com o dicto Lourenço Roiz (...) ffoy leuda a dicta carta (...) dicto sseu marido disserom que a outorgavam e lhes prazia e pidirom hũu estromento do dicto escanbo que ffoy ffecto, dia, mes, era ssobre dicta. Testemunhas que presentes estavam Joham Dolivença e Martim Annes ffilho de Joham Affonso da Praça (?) e Joham de Bonbarrall e o dicto Diogo Gill de Ponball puprico tabaliam por nosso ssenhor el Rey em a ssua villa d Obidos e sseu termo que esta carta descanbo pera o dicto Lourenço Roiz escrepvy e aqui meu ssynall ffiz que tall he. (*signal do tabelião*). ^(b)

(*Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 13*)

(a) A partir daqui a tinta é diferente e está muito apagada, tornando difícil e por vezes conjectural a leitura.

(b) Seguem-se algumas palavras ilegíveis, talvez a nota de pagamento. A carta de escambo não tem, no entanto, as assinaturas dos beneficiados como o final do instrumento anuncia.

1471, maio, 25

Carta de sentença dada por João Gonçalves, beneficiado nas igrejas de Santa Maria e S. Pedro de Obidos e juiz eclesiástico, em que são autores o prior e beneficiados de Santiago de Obidos e reus o vigário e beneficiados de São João do Mocharro. Objecto do pleito: direito às dizimas e conhecenças dos fornos da telha situados na Ameeira. Sentença favorável à igreja de Santiago pois os reus não compareceram na audiência a provar os pretendidos direitos. Pergaminho (29×34,5).

Joham Gonçalvez beneficiado nas egrejas de Santa Maria e de Sam Pedro da villa d Obidos e juiz ecresiastico emleito comisairo a prazimento de partes ao negocioiio adiante nomeado, a quantos esta carta de sentença virem saude em Jhesu Christo.

Faço vos saber que perante mym em juizo parecerom partes scilicet Joham Dominguez prioll da igreja de Santiago da dicta villa e Fernam Luis beneficiado e prioste na dicta igreja como autores por sy e pollos outros beneficiados pressentes e absentes da hũa parte, e Pedreanes vigairo da igreja de Sam Joham do Mocharro da dicta villa e Joham de Frandes beneficiado (...) da dicta igreja como rreos por sy e pollos outros beneficiados pressentes e absentes da outra, e logo por parte dos dictos autores contra os dictos rreos foi posta auçom per palavra dizendo que a dicta ssua igreja estava em posse paçifica per tantos anos e tempos que a memoria dos homêes nom era em contrario de aver e posoir todollos direitos, dizimas e conhecenças dos fornos da telha que ssom aqerqua do parçeiro que he da dicta igreja hu chamam a Ameeira termo dicta villa (*sic*), e que ora os dictos rreos novamente os queriam fforçar e essbulhar da dicta posse, rrequerendo e demandando as conhoçenças da dicta telha, em a qual cousa a dicta igreja rregebe gram perda, pedindo me que os fizesse manter em sua posse como ssempre foram e lhes nom conssemtisse sseerem fforçados nem esbulhados della. E eu visto sseu dizer e pedir, fiz pergunta [ao dicto] vigairo e prioste rreos que era o que diziiam ao que contra elles era posto, pedido e demandado, e logo pellos dictos rreos foi dicto que elles queriiam provar e ffazer çerto em como os dictos fornos e conhecenças delles perteeçiiam aa dicta ssua igreja de Sam Joham do Mocharro, aa quall prova lhes foi dado e asiinaado termo perentoriamente que aa primeira audienciia viesem com todollos embargos e direitos que contra elles autores tevessem, ao

quall termo elles dictos rreos nom vierom nem parecerom per sy nem per outrem, parecendo os dictos autores com muitas testemunhas de ffe e de autoridade provando toda ssua teençom e rrequerendo que os conssevasse e mantevesse na dicta posse como ssempre fora de custume. E eu visto sseu dizer e pedir que era direito e em como provavam claramente ssua teençom e em como os dictos rreos (...) reçoerom per sy nem per outrem non enbargante que fforam apregoados e atendidos ataa çima (...) e XXX dias depois do dicto termo e mais, e eu visto como nom pareçiam per sy nem per outrem aass (...) rrevelia per sentença defenetiua julgando mandey que a dicta igreja de Santiago aja livremente e isentamente a posse e propriedade e direitos e dizimas e conhoçenças dos dictos fornos como ssempre ouve pois que ssua he de direito. E logo os dictos autores pediram asy hũa sentença e eu lha mandey dar.

Dada em a dicta villa d Obidos sob meu sinall e seello, XXV dias do mes de mayo, Rodrigo Annes a ffez, ano do naçimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mill e IIII^o. LXXI anos.

Joham Gonçalvez

Pg. XVI rreaes com os termos.

(*Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa — Caixa 8, n.º 14*)